



PANORÂMICO

INFORMATIVO DO OMPV



CONSELHO EDITORIAL

General de Brigada Sergio Manoel Martins Pereira Junior
Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Coronel QEMA Alexandre Santana Moreira
Chefe do Instituto Meira Mattos

EQUIPE EDITORIAL

Coronel QEMA Anselmo de Oliveira Rodrigues
Coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha

REVISORES DE LINGUAGEM

Tenente-Coronel Alessandra Maciel Ramundo
Chefe da Seção de Ciências Gerais

Major Helena Rodrigues Rocha Martins de Oliveira
Professora de Inglês da ECEME

Major Mônica da Silva Boia
Professora de Espanhol da ECEME

1º Tenente Bruna Renova Varela Leite
Professora de Espanhol da ECEME

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO DA CAPA

Coronel QEMA Anselmo de Oliveira Rodrigues
Responsável pela diagramação

Gabriel dos Santos Andrade de Oliveira
Responsável pelo design gráfico da capa

PANORÂMICO

Informativo do Observatório Militar da Praia Vermelha



Vol. 1, nº 02, Maio/Agosto - 2022

Panorâmico	Rio de Janeiro	Vol. 1	nº 02	p. 1-50	Maio/Ago - 2022
------------	----------------	--------	-------	---------	-----------------

SOBRE

O Observatório Militar da Praia Vermelha (OMPV) tem como missão realizar estudos políticos e estratégicos de interesse da área militar, bem como busca contribuir para o incremento e difusão da mentalidade de Defesa no Brasil. Para tanto, o OMPV está organizado atualmente em oito áreas temáticas: Conflitos Bélicos e Terrorismo; Defesa Cibernética; DQBRN; Geopolítica e Defesa; Missão de Paz; Movimentos Migratórios e Segurança na Faixa de Fronteira; Segurança Pública e Crime Organizado Internacional; e Sistemas Bélicos e Simulação.

Para a produção de conhecimento, o OMPV conta com o apoio de pesquisadores civis, pesquisadores militares, professores doutores, alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da ECEME, instrutores da ECEME, alunos da ECEME e oficiais de nações amigas servindo na Escola. Além dessa equipe, o OMPV ainda recebe a colaboração de pessoas externas à ECEME.

O Panorâmico é uma publicação quadrimestral deste observatório e que tem como finalidade apresentar os artigos já publicados no *site* do OMPV, os quais tratam de temas relevantes relacionados às oito áreas temáticas citadas anteriormente.

Para mais informações, visite a página do OMPV na *internet* (www.ompv.eceme.eb.mil.br). Contando com produtos como palestras, relatórios, artigos de opinião, análises, entrevistas aos meios de imprensa e bibliografias em geral, o leitor poderá verificar a existência de um *portfólio* robusto e diversificado de contribuições dadas pelo OMPV à sociedade, em seus pouco mais quatro anos de existência.

ENDEREÇO E CONTATO

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, CEP: 22290-270, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Tel: (21) 3873-3868 /Fax: (21) 2275-5895

Site: www.ompv.eceme.eb.mil.br

Email: ompv@eceme.eb.mil.br

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os textos publicados não refletem a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

SUMÁRIO

Apresentação	5
<i>General de Brigada Sergio Manoel Martins Pereira Junior</i>	
PRIMEIRA PARTE - O MUNDO	6
As Big Techs e o Conflito Rússia vs Ucrânia: o Domínio Infomacional	7
<i>Tenente-Coronel Marlos de Mendonça Corrêa</i>	
Três Cenários para um Mundo por vir	12
<i>Tenente-Coronel Oscar Medeiros Filho</i>	
Geopolítica e Guerra na Ucrânia: algumas considerações	14
<i>Hélio Caetano Farias</i>	
Uma Nova Guerra Fria?	23
<i>Major Rômulo da Fonseca Botelho Atella</i>	
<i>Major Fábio Renan Azevedo de Souza</i>	
<i>Major Roger Dias da Silva</i>	
SEGUNDA PARTE - O BRASIL E O SEU ENTORNO	29
A Doutrina Militar Terrestre no apoio às catástrofes naturais	30
<i>Coronel Flávio Roberto Bezerra Morgado</i>	
O papel da República Democrática do Congo na geopolítica do Brasil	35
<i>Délcio de Deus Gulart</i>	
A Atividade de Inteligência Nacional e o Amparo Constitucional	40
<i>William Pereira Laport</i>	
Logística de Defesa e Capacidade Expedicionária da Marinha do Brasil	45
<i>Capitão de Corveta Esley Rodrigues de Jesus Teixeira</i>	

APRESENTAÇÃO

*General de Brigada Sergio Manoel Martins Pereira Junior**

Como Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, é com grande satisfação que apresento o segundo número do Panorâmico, publicação quadrimestral do OMPV, vinculado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e que tem como finalidade apresentar os artigos já publicados no site do OMPV, os quais tratam de temas relevantes relacionados à Segurança, à Defesa e outros temas correlatos que estão acontecendo no Brasil e seu entorno regional, bem como nas demais regiões do globo.

Neste número, o Panorâmico apresenta oito artigos assinados por seus autores, que foram escolhidos para representarem os demais articulistas que publicaram no OMPV em 2022. Além de artigos, nas oito áreas temáticas que compõem o OMPV há outros produtos, como vídeos, palestras, seminários, *clippings* (recortes das manchetes e *links* de diversas reportagens relacionadas ao tema em estudo), dentre outros.

Na primeira parte, voltada para as principais questões referentes à segurança e defesa que acontecem no globo terrestre, o Panorâmico apresenta três artigos que procuram analisar a guerra entre a Rússia e a Ucrânia sob múltiplas perspectivas e um artigo que traça um possível cenário geopolítico para os próximos anos. Na segunda parte, vocacionada para as principais questões atinentes à segurança e defesa que acontecem no Brasil e no seu entorno regional, o Panorâmico apresenta um artigo que destaca o desafio existente para a realização da atividade de inteligência no Brasil, outro artigo que enfatiza a importância geopolítica da República Democrática do Congo para o Brasil e dois artigos referentes às Forças Armadas Brasileiras: um relativo a participação do Exército Brasileiro em catástrofes naturais e outro relativo às potencialidades da Marinha do Brasil.

Espero que todos os leitores gostem das pesquisas contidas neste número, da mesma forma que convido demais militares, acadêmicos, diplomatas, autoridades públicas e a sociedade em geral a realizarem suas contribuições relacionadas à segurança, defesa, estratégia, geopolítica e relações internacionais nos próximos números do Panorâmico. Afinal, a Defesa não é exclusiva dos militares, ela é um tema que requer a contribuição de todos os integrantes da sociedade!

* Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

PRIMEIRA PARTE



O MUNDO

AS BIG TECHS E O CONFLITO RÚSSIA vs UCRÂNIA: O DOMÍNIO INFORMACIONAL*

Tenente-Coronel Marlos de Mendonça Corrêa¹

O mundo tem a sua atenção voltada para o conflito deflagrado entre a Rússia e a Ucrânia. Empresas tradicionais de jornalismo como o *The Washington Post*², *The Guardian*³ e *Le Monde*⁴ têm páginas dedicadas à cobertura dos combates com atualizações quase em tempo real. No *Facebook* e outras redes sociais pululam postagens sobre o conflito, quase sempre evocando os sucessos da resistência ucraniana e o despreparo das forças russas. A maioria do que é veiculado apresenta uma visão geral similar, uma Ucrânia que resiste bravamente e uma Rússia incapaz de se impor militarmente.

O site *Sputniknews*⁵, contudo, traça um perfil diferente, destacando êxitos russos e denunciando ações supostamente ilegais da Ucrânia, visando à responsabilização das forças russas. O site *Geopolítica.ru*⁶ repercute um suposto apoio à causa russa vindo da República Centro Africana, Mali e Etiópia. O citado site destaca as palavras de *Kemi Seba*, líder da Resistência Pan-Africana ao Neocolonialismo Ocidental, que condena a postura do Ocidente e da mídia em geral: “A Ucrânia tornou-se um instrumento da oligarquia Neoliberal Ocidental”.

Esse embate de versões, não é novidade, mas a forma como está ocorrendo merece reflexão. Em que pese a barreira linguística, há que se considerar que a versão russa do conflito praticamente não existe na mídia ocidental. Não se trata de fazer juízo de valor sobre quem está certo ou errado, mas sim de se identificar como é possível haver tamanha convergência num terreno reconhecidamente pouco regulado como é a internet.

Para compreender essa situação deve-se primeiro compreender como o fluxo de informações está ocorrendo. A época na qual a informação era veiculada diretamente da fonte para o consumidor parece ter sido ultrapassada. Atualmente, esse fluxo se dá, principalmente, por meio das redes sociais, que funcionam ao mesmo tempo como plataforma de veiculação e câmara de reverberação. Por isso,

* Artigo originalmente publicado no OMPV em 25 de março de 2022.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro e Instrutor da ECEME.

² Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2022/03/09/russia-ukraine-war-news-putin-live-updates/>. Acesso em: 16 de março de 2022.

³ Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/mar/07/russia-war-ukraine-complete-guide-maps-video-and-pictures>. Acesso em: 16 de março de 2022.

⁴ Disponível em: <https://www.lemonde.fr/crise-ukrainienne/>. Acesso em: 16 de março de 2022.

⁵ Disponível em: <https://sputniknews.ru/>. Acesso em: 16 de março de 2022.

⁶ Disponível em: <http://www.geopolitica.ru/>. Acesso em: 16 de março de 2022.

não é possível se dissociar a lógica do fluxo de informações, da lógica que rege tais redes, o que leva inevitavelmente às *Big Techs*.

A literatura internacional registra a expressão *Big Tech* como se referindo à *Alphabet* (*Google*, *YouTube*), *Meta* (*Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram*), *Apple*, *Microsoft* e *Amazon*, que são as empresas dominantes e com maior prestígio na área de tecnologia da informação (“*Big Tech*”, [S.d.]). Essas empresas têm muito em comum, mas talvez o que mais se destaque para os fins dessa análise sejam a popularidade e o poder econômico.

Segundo o site *Statista*, o *Facebook* tem aproximadamente 2,9 bilhões de usuários em todo o mundo. O *YouTube*, pertencente à *Alphabet*, contabiliza aproximadamente 2,5 bilhões de usuários. *WhatsApp* e *Instagram*, ambas controladas pela *Meta*, possuem cerca de 2 bilhões e 1,4 bilhão de usuários respectivamente. *Facebook*, *YouTube*, *WhatsApp* e *Instagram* ocupam, nessa ordem, as 4 primeiras posições dentre as redes sociais mais populares do mundo (STATISTA RESEARCH DEPARTMENT, 2022).

Do ponto de vista econômico, as *Big Techs* somam, em valor de mercado, aproximadamente 9,3 trilhões de dólares. O lucro da *Apple* em um trimestre de 2021 foi de 21.7 bilhões de dólares. A *Google* teve no mesmo ano, 50 bilhões de dólares em receitas no período de abril a junho (OVIDE, 2021). A *Meta*, por sua vez, reportou uma receita de cerca de 118 bilhões de dólares em 2021 (META PLATFORMS, 2022).

Esses números dão uma ideia do poder que as *Big Techs* possuem, mas a verdadeira dimensão só é revelada, quando se observa o impacto de suas ações em eventos de grande importância como, por exemplo, eleições ou conflitos armados. A influência que as *Big Techs* têm nesses eventos é intuitiva, mas sua extensão pode surpreender. Em 2010, o *Facebook* decidiu enviar lembretes para que as pessoas fossem votar nas eleições para o Congresso dos EUA. Ao todo foram enviados avisos para 61 milhões de usuários. Em 2012, um relatório mostrou que essa pequena e simples ação levou a 340.000 novos votantes (VOU, 2020).

Mas, não é apenas por meio do disparo de mensagens que estas gigantes da tecnologia atuam. Aliás, esta talvez nem seja a maior expressão de seu poder. Essas empresas possuem políticas sobre o que pode e o que não pode ser publicado em suas plataformas. E as violações de seus termos de uso, avaliadas por elas mesmas, levam a suspensões de contas, remoção de conteúdo, advertências e outras sanções. Em outras palavras, elas controlam quem diz o que em suas redes sociais. Com isso, controlam o fluxo de informação, o que lhes dá poder para afetar a opinião pública.

Um exemplo disso pode ser visto, atualmente, no conflito em questão. Uma vez iniciada a agressão russa, *Google* e *Facebook* decidiram suspender a monetização de canais russos. Eles também bloquearam a veiculação de anúncios por parte de canais de mídia estatais russas e impediram meios

As Big Techs e o Conflito Rússia vs Ucrânia: o Domínio Informacional

de comunicação financiados pelo Estado russo de usar sua tecnologia e gerar receitas em seus próprios sites e aplicativos (“Google e YouTube se unem a Facebook e bloqueiam anúncios de mídia estatal russa”). O governo russo protestou em vão, permanecendo silenciado nessas plataformas.

Outras medidas tomadas nos dias seguintes ao início do conflito foram ainda mais longe. A Meta anunciou que autorizaria a veiculação de mensagens que incentivassem a violência contra russos e o presidente Vladimir Putin. Dessa forma, não apenas a Meta tomou partido, mas também passou a ser conivente com a incitação à violência. A Apple suspendeu a venda de produtos na Rússia, assim como os serviços de sua loja, a Apple Store. Além disso, a Apple Store bloqueou o download dos aplicativos do Sputnik⁷ e RT⁸ em todo o mundo. O Twitter, outra rede social popular, passou a rotular as postagens feitas por mídias financiadas pelo governo russo com um aviso, conforme exemplificado na figura a seguir:

Figura 1 - Twitter rotula postagem de mídias apoiadas pelo governo russo



Fonte: WION, 2022.

Se for considerado o alcance que essas mídias possuem, não é de se surpreender que em praticamente todos os países ocidentais esteja prevalecendo apenas a versão ocidental do conflito. As Big Techs estão garantindo que uma enorme parcela da população ouça, veja e leia apenas o que elas consideram adequado.

Alguns outros dados tornam essa situação ainda mais grave. O site Wired⁹ analisou a relação das Big Techs com o cenário político dos EUA, identificando que os empregados das Big Techs e da Oracle, outra gigante da tecnologia da informação, contribuíram quase 20 vezes mais para Biden

⁷ Disponível em: <https://sputniknews.com/>. Acesso em: 16 de março de 2022.

⁸ Disponível em: <https://www.rt.com/>. Acesso em: 16 de março de 2022.

⁹ Disponível em: <https://www.wired.com/>. Acesso em: 16 de março de 2022.

(US\$ 4.787.752) do que para *Trump* (US\$ 239.527) durante a campanha presidencial dos EUA (OBERHAUS, [S.d.]). Fato relevante, uma vez que os EUA têm papel destacado na resposta ocidental à invasão da Ucrânia pela Rússia.

Seguindo a linha do controle de informações, a *Meta* atendeu aos apelos de políticos e criou um centro de operações especiais, destinado a monitorar o conflito na Ucrânia e a remover conteúdos que violem suas regras. O *YouTube*, a seu turno, anunciou que derrubou centenas de canais e milhares de vídeos que violavam seus termos, alguns sob a alegação de desinformação (BOND, 2022).

Essas empresas, também, possuem estreita relação com o Departamento de Defesa (DoD) dos EUA, sendo beneficiárias de diversos contratos. Desde 2004, elas receberam cerca de US\$ 43,8 bilhões do DoD (“*Big Tech made billions during ‘war on terror’: report*”, 2021). Outro dado relevante é a presença de ex-funcionários do governo em funções-chaves nas *Big Techs*, conforme pode ser visto no site *Big Tech Sells War*¹⁰.

É digno de destaque que as medidas tomadas pelas *Big Techs* não o foram em decorrência das sanções, mas por decisão dessas empresas que passaram, assim, a constituírem atores não-estatais no conflito. Atores não-estatais que, todavia, possuem estreita relação e afinidade com o governo dos EUA. Parece, assim, não ser coincidência que estejam contribuindo para silenciar a versão russa do conflito e impulsionar e construir a versão ocidental.

Uma das características do conflito entre Rússia e Ucrânia é o protagonismo que atores não-estatais e não envolvidos diretamente no conflito, estão tendo. No domínio informacional, as *Big Techs* foram capazes de calar um Estado constituído, estável e com razoável poder militar e econômico. Não se sabe se fizeram isso por determinação do governo de seu país sede (EUA), ou se fizeram por decisão de seu quadro de diretores.

Esse comportamento praticamente autárquico e independente fez pender a balança em favor da Ucrânia, por meio do significativo apoio da opinião pública mundial. Apoio esse que tem levado países como EUA, Reino Unido, França e outros a suprirem a Ucrânia com material militar e recursos financeiros. Ou seja, em última análise, as *Big Techs* foram capazes de afetar o desenrolar dos combates. E, ainda, que isso não seja garantia de derrota da Rússia, esse apoio tende a estender o conflito, o que se reverte em maior perda de vidas humanas e destruição.

Num contexto mais amplo, fica marcante o monopólio exercido pelas *Big Techs* no domínio informacional. Aliado ao poder que essas empresas possuem, fica-lhes praticamente garantido o controle da opinião pública, sendo muito difícil de se insurgir contra as narrativas impostas por elas. Situação esta que descortina o aumento de poder dos EUA, Reino Unido, França e Alemanha, diante

¹⁰ Disponível em: <https://bigtechsellswar.com/>. Acesso em: 16 de março de 2022.

dos demais países do resto do mundo. Esses países, por conta de seu alinhamento com os EUA, tendem a ter sempre as *Big Techs* a seu lado. E a pergunta inescapável que surge é: *e os demais países, como ficam?*

Referências:

BOND, Shannon. **Facebook, Google and Twitter limit Russian ads.** Disponível em: <https://www.npr.org/2022/02/26/1083291122/russia-ukraine-facebook-google-youtube-twitter>. Acesso em: 16 mar 2022.

GLOBO. **Google e YouTube se unem a Facebook e bloqueiam anúncios de mídia estatal russa.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/google-youtube-se-unem-facebook-bloqueiam-anuncios-de-midia-estatal-russa-1-25411904>. Acesso em: 8 de março de 2022.

META PLATFORMS, Inc. **Meta Reports Fourth Quarter and Full Year 2021 Results.** [S.l: s.n.], 2022. Disponível em: <https://investor.fb.com/investor-news/press-release-details/2022/Meta-Reports-Fourth-Quarter-and-Full-Year-2021-Results/default.aspx>. Acesso em: 13 de março de 2022.

OBERHAUS, K. **Silicon Valley Opens Its Wallet for Joe Biden | WIRED.** Disponível em: <https://www.wired.com/story/silicon-valley-opens-wallet-joe-biden/>. Acesso em: 16 de março de 2022.

OVIDE, Shira. **Big Tech Has Outgrown this Planet.** Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/07/29/technology/big-tech-profits.html>. Acesso em: 13 de março de 2022.

STATISTA RESEARCH DEPARTMENT. **Most used social media 2021.** Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/>. Acesso em: 13 de março de 2022.

TECHXPLORE. **Big Tech made billions during “war on terror”: report.** Disponível em: <https://techxplore.com/news/2021-09-big-tech-billions-war-terror.html>. Acesso em: 16 de março de 2022.

VOU, Andreas. **How “big tech” influence electoral processes and why transparency is essential.** Disponível em: <https://voxeurop.eu/en/how-facebook-and-google-influence-electoral-processes-and-why-transparency-is-essential/>. Acesso em: 16 de março de 2022.

WIKIPEDIA. **Big Tech.** Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Big_Tech. Acesso em: 13 de março de 2022.

WION. **(18) Gravitas Plus: Why the West is winning the Information War.** YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s4Kttb1WaJE&t=2s>. Acesso em: 16 de março de 2022.

TRÊS CENÁRIOS PARA UM MUNDO POR VIR*

Coronel Oscar Medeiros Filho¹

Clausewitz nos ensinou que a guerra acontece coberta por uma névoa de múltiplos fatores de incerteza. Por mais que se tenha conhecimento das causas da guerra e do teatro de operações, chefes militares e analistas não dispõem de todas as respostas sobre os próximos passos do conflito. Com a guerra da Ucrânia, não é diferente. A complexidade do ambiente da guerra, somada ao excesso de informações e desinformações relacionadas ao conflito, gera uma “névoa” ainda mais espessa. Estabelecer cenários claros torna-se tarefa árdua. Diante desse quadro, como compreender o conflito na Ucrânia e que conclusões podemos dele extrair?

Não obstante a complexidade desse contexto, devemos empreender um esforço de “subir a arquibancada” e, para além da névoa que encobre esse conflito, tentar enxergar a realidade a partir de uma perspectiva mais ampla, buscando pontuar implicações futuras para a humanidade.

Se há uma ideia que se aproxima do consenso entre analistas é de que a guerra na Ucrânia se trata de evento paradigmático nas relações internacionais; um ponto de inflexão a partir do qual o mundo certamente não será mais o mesmo. Mas o que haveria de novo nesse conflito para que tal relevância mereça?

Do ponto de vista dos conflitos armados, observam-se algumas tendências, como a ausência de declaração de guerra e de linha de contato entre combatentes, além do uso onipresente das redes sociais. Do ponto de vista geopolítico, observa-se - mesmo que de forma incipiente - o impacto da interdependência na guerra e o uso da força - explícito e unilateral - como instrumento de poder por um ator revisionista (não hegemom).

O fato é que conceitos e perspectivas de análise estão sendo testados. O futuro dependerá muito do resultado que está sendo disputado no tabuleiro ucraniano. Considerando-se o fato de que todo sucesso possui vocação pedagógica, tanto a vitória quanto a derrota do empreendimento adotado pela Rússia terão implicações diretas e indiretas sobre o futuro das relações internacionais.

Do exposto, e considerando-se diferentes resultados desse conflito, é possível imaginar três possíveis cenários para as próximas décadas: “sociedades muradas”; “nova guerra fria” e “governança global”.

* Artigo originalmente publicado no OMPV em 13 de abril de 2022.

¹ Coronel do Exército Brasileiro e Analista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército.

Três Cenários para um Mundo por vir

O primeiro depende do êxito da empreitada russa e sugere um mundo marcado pelo fechamento dos Estados Nacionais e pelo declínio da globalização. Pode significar uma ameaça a modelos democráticos e ampliação de governos centralizadores, autocráticos. Nesse cenário, o mundo seria marcado pelo aumento do estoque de desconfiança mútua, pelo dilema de segurança e sentido de autodefesa e por uma corrida armamentista generalizada. Nesse sentido, o Tratado de Não Proliferação Nuclear pode sofrer baixas.

O segundo depende do prolongamento do conflito na Ucrânia, nos moldes do que se vê hoje na Síria, com a paralisia do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Sob tal cenário, poderíamos assistir uma reedição da Guerra Fria, com a ressurgência da bipolaridade, representada, de um lado, pela recomposição da OTAN e, por outro lado, pela resiliência do bloco eurasiático representado pelo eixo Pequim-Moscou.

O terceiro cenário - governança global - parece, nesse momento, pouco provável, mas não pode ser desprezado. Seu surgimento depende de uma derrota russa e do trauma humanitário deixado pela guerra. Assim como a Segunda Guerra Mundial levou à Carta das Nações Unidas e à ideia de restrição do uso da força como instrumento de defesa, o uso (ou pelo menos a ameaça do uso) de armas nucleares (mesmo que táticas) e suas consequências pode demandar uma nova ordem internacional a fim de “livrar as futuras gerações do flagelo da guerra”. Mesmo que estejamos observando o fechamento de muitos países, é inegável que, fruto do desenvolvimento das tecnologias informacionais, há uma globalização silenciosa que não para e que tende a tornar o mundo cada vez menor. Nesse sentido, demandas por soluções globais serão cada vez maiores: agenda ambiental, controle de pandemias, migrações, grandes fortunas, proliferação nuclear, economia digital etc. A pandemia da covid-19 e a guerra da Ucrânia parecem revelar algo que se torna cada vez mais claro: que países já compartilham os mesmos problemas, mas não as mesmas soluções.

Enfim, parece que o que está em jogo no tabuleiro ucraniano é muito mais que o futuro da Ucrânia, da Rússia e da OTAN.

GEOPOLÍTICA E GUERRA NA UCRÂNIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES*

Hélio Caetano Farias¹

John Mearsheimer em uma famosa palestra² na Universidade de Chicago, em 04 de junho de 2015, foi categórico ao afirmar que *Vladimir Putin* pensava em termos geopolíticos ao tomar a decisão de anexar a Criméia, em 2014, desencadeando, desde então, uma crise e um impasse prolongado com a Ucrânia e, em um plano mais amplo, com os países da OTAN, especialmente os EUA. À época, Mearsheimer argumentava que a Rússia fundamentava suas ações em uma política de poder, tão cara às próprias potências do ocidente, e assegurava, com base em sua visão Realista, que caso a OTAN e os EUA não se atentassem às considerações geopolíticas poderiam acelerar uma crise de grandes proporções. Pois bem, sete anos depois, a Ucrânia foi invadida pela Rússia, dando início a uma guerra que trará consequências profundas aos países envolvidos, à Europa e à própria ordem internacional.

Foi também em 2015 que Wanderley Messias da Costa afirmava que o reerguimento da Rússia poderia ser explicado a partir de alguns fundamentos do pensamento geopolítico clássico. Sua conclusão fazia um alerta à comunidade que trata dos assuntos de defesa ao lembrar que não se compreende a “política internacional sem geopolítica e, especialmente, geopolítica sem geografia” (COSTA, 2015, p. 19). Henry Kissinger (2014), comentando o mesmo episódio da Criméia, enfatizou que as soluções para o impasse ucraniano exigiriam muita habilidade política. O que estava claro era o veto russo à expansão da OTAN. Na leitura de Kissinger, o desafio que se impunha era o de compatibilizar as considerações geopolíticas da Rússia com a vontade legítima da Ucrânia de exercer sua soberania, aliando-se estrategicamente aos países da União Europeia. Nessa equação, lembrava desatinadamente Kissinger, para se chegar a uma solução, todos perderiam. A estabilidade regional dependeria, portanto, de uma destreza político-diplomática em contornar as imposições da geopolítica, almejando, assim, alcançar um verdadeiro “equilíbrio de insatisfações”.

Mesmo em uma situação de guerra, como a que ocorre atualmente na Ucrânia, é um desafio pensar a conjuntura e seus desdobramentos a partir dos fatos cotidianos, do tempo rápido das negociações diplomáticas e das manobras militares. Por mais que o termo “geopolítica” apareça ao

* Artigo originalmente publicado no OMPV em 20 de abril de 2022.

¹ Doutor em Economia Política Internacional e Professor da ECEME.

² MEARSHEIMER, John. **The Causes and Consequences of the Ukraine Crisis**. Presentation to University of Chicago Alumni. 04 de junho de 2015.

lado de análises realizadas no calor do momento, suas noções, conceitos e teorias remetem a outra dimensão da guerra, notadamente a de um tempo longo, ou a das causas estruturais que ajudam a compreender o fenômeno e a identificar algumas de suas tendências. *Nesse sentido, quais seriam as possíveis implicações da atual Guerra na Ucrânia com base em algumas das noções e teorias geopolíticas?*

Semelhante aos estudos da História, em que se diferencia as tendências de longo prazo, as conjunturas cíclicas e o tempo imediato dos acontecimentos; na Geopolítica, as escalas - local, nacional, regional e global - revelam dimensões próprias de análise. Elas não se confundem, mas se inter cruzam. No caso da Guerra na Ucrânia, é notável que a lógica das operações militares russas se alicerça nas características do território ucraniano, estabelecendo, com base nas escalas local e nacional, as linhas de frentes dos ataques, as metas de conquista territorial e de controle sobre cidades e infraestruturas críticas. Do outro lado, a resistência ucraniana assenta-se, localmente, nos conhecimentos do terreno. Além disso, o governo de *Volodymyr Zelensky* busca sua sustentação em uma articulação, delicada e complexa, que mobiliza tanto o apoio regional, de Estados europeus, quanto o global, por meio da participação da OTAN, dos EUA e de alguns países aliados, com suas sanções monetário-financeiras e com o suporte, ainda que indireto, nos campos militar, logístico e informacional.

Noções e Teorias da Geopolítica

Mas, afora as escalas, em que as noções e teorias geopolíticas ajudariam a pensar as causas estruturais que ampliam a complexidade do caso ucraniano? Há pelo menos quatro noções e uma proposta que aparecem, há mais de um século, no vocábulo das principais análises e teorias geopolíticas, sobretudo nas de matriz anglo-saxã: *pivot area*, *heartland*, *rimland* e *shatterbelt*, quase sempre seguidas de propostas políticas de reordenamento territorial a partir de *buffer zones*.

Halford Mackinder, no início do século XX, formulou uma teoria sobre a influência das condições geográficas na distribuição do poder mundial. Partindo da constatação do mundo como um sistema político fechado, *Mackinder* considerava que as potências marítimas, como a Inglaterra, poderiam ser suplantadas pela ascensão de um poder terrestre. Ele, no auge do Império Britânico, lembrava que a história da Europa era, geograficamente, subordinada às pressões de potências da Ásia. Na visão de *Mackinder*, haveria uma *pivot area* que impactaria em todas as grandes transformações na hierarquia de poder no sistema internacional. Tratava-se de uma porção do território euroasiático que abarcava parte da Europa Central e parte do território russo. Ele passou a chamar essa área geográfica singular de *heartland*, em 1919, e aprofundou as explicações sobre o peso da geografia na história da distribuição de poder mundial. O *heartland* reunia a condição basilar

de ser: i) uma grande extensão territorial contígua e pouco acidentada; ii) um grande reservatório de recursos energéticos, minerais e de terras agricultáveis; iii) uma fortaleza natural, com profundidade estratégica, sendo um espaço de difícil conquista externa por potências marítimas.

Mackinder sustentava, portanto, que o período do expansionismo territorial europeu, com o predomínio do poder marítimo, haveria terminado. A partir então, predominaria as disputas do tipo soma zero. Reemergiria, em bases modernas, a rivalidade secular entre poder marítimo e poder terrestre. Mackinder (1919) conseguiu sumarizar o maior de todos os temores à política de equilíbrio de poder continental, permanentemente patrocinada pelas potências marítimas, seja a Inglaterra, no século XIX, ou os EUA, no XX, a saber: a hipótese de conquista da Alemanha pela Rússia, ou vice-versa. Como assessor do Reino Unido nas negociações após a 1ª Guerra Mundial, Mackinder havia proposto uma *buffer zone*, mediante a criação de Estados tampões na Europa Central, de norte ao sul, entre o Mar Báltico e o Mar Adriático. O intuito político era evitar o enfrentamento ou a aliança entre a Alemanha e a Rússia. Os Tratados de Paz de Versalhes (1919), *Saint Germain* (1919) e *Triannon* (1920), entretanto, pouco contribuíram para neutralizar as disputas territoriais na Europa Central. Anos depois, Alemanha iniciava, em 1938, uma expansão à leste, em direção ao *heartland*, precipitando a Segunda Guerra Mundial.

Figura 1 - A geopolítica dos Estados-Tampões



Fonte: MACKINDER, 1919.

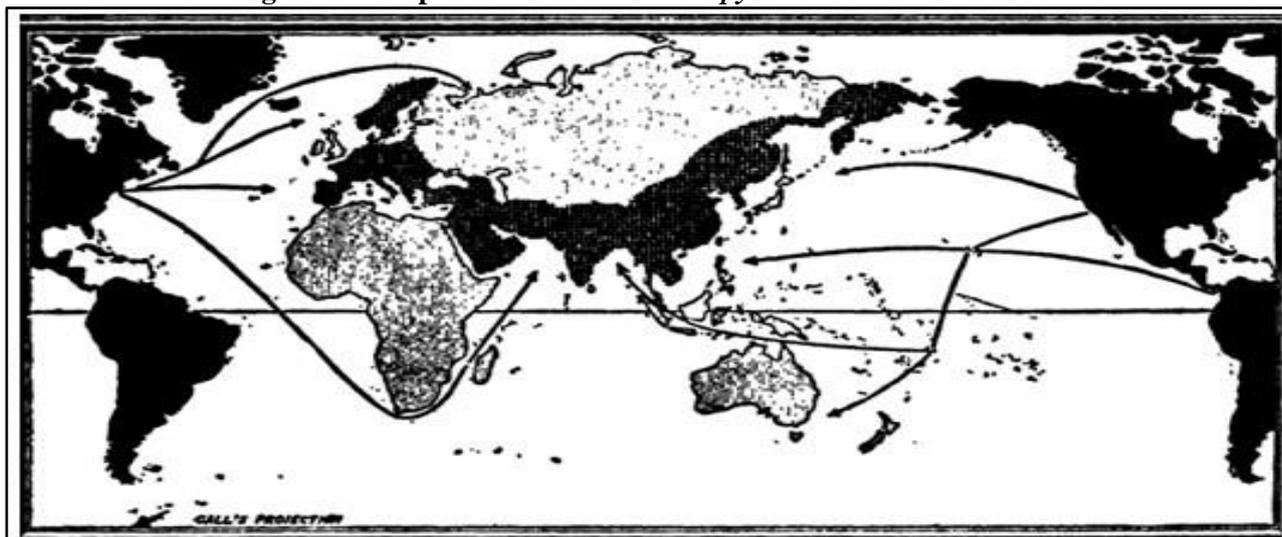
Geopolítica e Guerra na Ucrânia: algumas considerações

Mackinder forneceu, nas linhas gerais de sua teoria do poder terrestre, um quadro analítico ímpar, antecipando os marcos da disputa no âmbito da Guerra Fria. O poder marítimo dos Estados Unidos, com capacidade de projeção nas bordas da Eurásia, em contraposição ao poder terrestre da URSS, que dominava o heartland, e buscava ampliar as zonas de influências nas porções marginais da Ilha Mundo.

Do outro lado do Atlântico, *Alfred Mahan* e *Nicholas Spykman* forneceram inigualáveis contribuições geopolíticas à política externa e à de defesa dos EUA. Se o primeiro lançou as bases do poder marítimo e de uma estratégia de “defesa ofensiva” aos EUA, *Nicholas Spykman* foi um dos mais influentes nomes no delineamento da política norte-americana durante a Guerra Fria. Na perspectiva de *Spykman*, a anarquia do sistema internacional compelia os Estados a buscarem ampliar suas margens relativas de poder. Nesse cálculo, não haveria espaço para o princípio de equilíbrio de poder baseado na estratégia de dissuasão e de redução de assimetrias. As potências buscariam somente um “equilíbrio”, justamente aquele que amplia as suas próprias margens de poder relativo.

De acordo com *Spykman*, a integridade territorial e a segurança dos EUA demandariam uma postura política mais assertiva de seus governos, a fim de assegurar seus interesses nas diferentes regiões do globo. Tendo por base a formulação de *Mackinder*, *Spykman* considerava as disputas de poder na Eurásia centrais, opondo poder terrestre e poder marítimo. Na sua visão, regiões marginais ao heartland teriam a precedência no cálculo de poder global. Seriam, portanto, do rimland que poderia surgir uma potência, ou alianças de Estados, com capacidade de projeção de poder marítimo e terrestre. *Spykman* preconizava, assim, que o rimland constituiria a primeira linha de defesa de uma política de segurança global dos EUA. Os conselhos diplomáticos de *George Kennan* (1947) se somaram às formulações de *Spykman* para moldar a estratégia de contenção dos EUA na Guerra Fria. Tais concepções defendiam a possibilidade de intervenções militares para a manutenção do equilíbrio de poder ao longo do rimland, bem como serviam de referência teórica à criação de uma rede organizações e alianças militares, dando origem a própria OTAN (1949); e suas versões regionais, como a OTASE (1954), no sudeste asiático; e a CENTO (1955) no Oriente Médio.

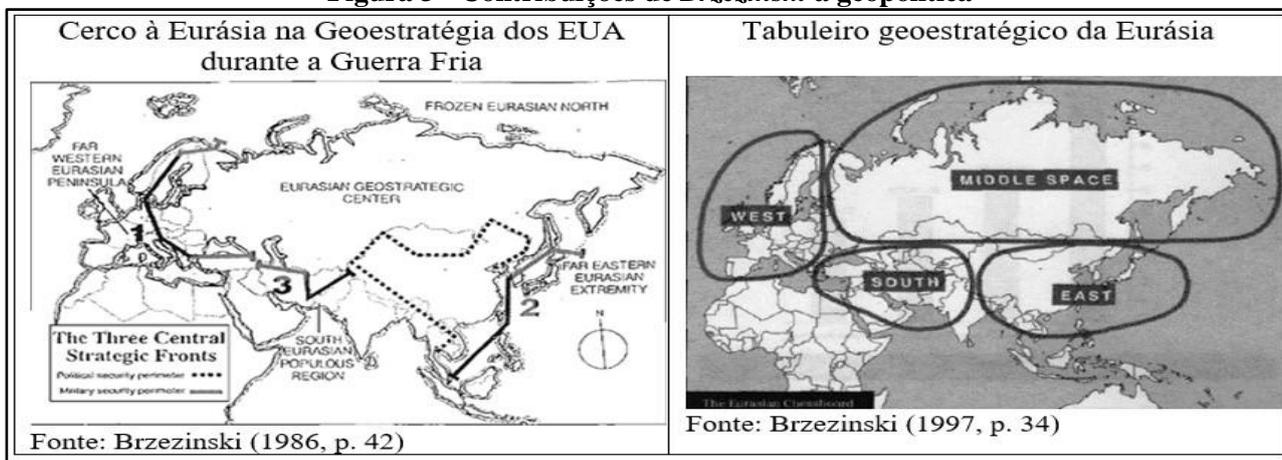
Figura 2 - Geopolítica do *Rimland* de *Spykman* e o cerco à Eurásia



Fonte: SPYKMAN, 1942.

Nos anos da Guerra Fria, tanto acadêmicos quanto assessores de governo recorriam à geopolítica para analisar as conjunturas ou para justificar algumas das escolhas de política externa. Nos EUA, *Henry Kissinger* e *Zbigniew Brzezinski* foram alguns deles. Como leitor atento das contribuições clássicas, *Brzezinski* creditava a essa faixa territorial, ao mesmo *rimland* de *Spykman*, a localização das principais áreas pivô que compunham às frentes basilares da geoestratégia global dos EUA. Na Europa Central, por exemplo, estaria um perímetro de segurança militar. Atualizando sua leitura da ordem internacional pós-Guerra Fria, *Brzezinski* afirmaria que, mesmo com o colapso da URSS, a Ucrânia teria uma posição central na Europa Central. Nesse sentido, a Ucrânia deveria ser resguardada pela política de segurança e defesa dos EUA. Em seu argumento, sem a Ucrânia, a Rússia teria limitada sua capacidade de reeditar sua condição de potência, com poder e prestígio, mas com a Ucrânia em sua zona de influência, a Rússia reuniria as condições para voltar a ser um império (BRZEZINSKI, 1997).

Figura 3 - Contribuições de *Brzezinski* à geopolítica



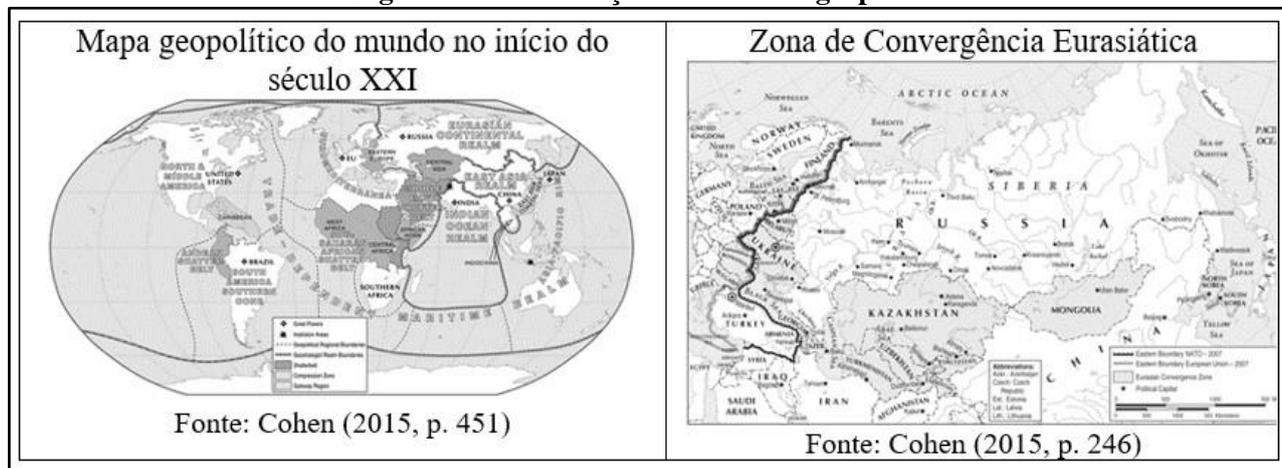
Fonte: BRZEZINSKI, 1986; 1997.

Geopolítica e Guerra na Ucrânia: algumas considerações

Se *pivot area*, *heartland* e *rimland* são termos usuais às principais teorias da geopolítica, o que dizer a respeito dos *shatterbelts*? *Saul Cohen*, relendo o sistema internacional dos anos noventa, propôs uma regionalização com a base na hierarquia de poder entre Estados-chave e regiões. Os *shatterbelts* corresponderiam as extensas áreas geográficas ocupadas por Estados nacionais em conflitos, marcados tanto por fortes divisões políticas internas quanto pelas disputas externas envolvendo potências.

No mapa geopolítico de *Saul Cohen* (2015) há dois núcleos geoestratégicos. Um seria ocupado pelos EUA, única grande potência marítima global; e outro, o núcleo geoestratégico continental, ocupado prioritariamente por Rússia, China e Índia. Além disso, sua regionalização pressupõe a existência de regiões geopolíticas, que são moldadas pelas interações políticas, econômicas, culturais e militares com as potências-chave de cada núcleo. Desdobra-se, por exemplo, as relações dos EUA, com as regiões geopolíticas do Caribe, América do Sul, África Subsaariana, Europa e Magreb, além de Estados da Ásia e do Pacífico Sul. Do núcleo euroasiático, as posições de potência continental da Rússia e de potências anfíbias da China e Índia. Das áreas de embates entre esses núcleos, despontariam Estados situados em zonas geopolíticas fragmentadas, em que as principais disputas envolvem as posições de potências externas, são os *shatterbelts*, como nos casos do Oriente Médio, Ásia Central e Europa Central.

Figura 4 - Contribuições de Cohen à geopolítica



Fonte: COHEN, 2015.

Delinea-se dessa primeira leitura, com ênfase em uma escala de análise que realça os movimentos de longo prazo e a competição geopolítica entre potências, que a Ucrânia ocupa um espaço geográfico, marcado pelo domínio de uma potência, a Rússia, mas cujos limites fronteiriços à oeste a mergulham em uma histórica zona de fratura geopolítica, de um *shatterbelt*. De acordo com os argumentos de *Saul Cohen* (2015), se Rússia e União Europeia pudessem chegar a um consenso a respeito do futuro estratégico da Ucrânia, esta poderia exercer a condição de um *gateway*, uma espécie

de Estado-ponte, que reuniria possibilidades, mediante hábil *balancing act*, de responder às demandas dos dois lados. Uma conclusão geopolítica não tão distante daquela de *Mackinder* que, no início do século XX, propunha a criação de uma *buffer zone*, visando neutralizar as guerras ou alianças entre as potências da Europa e a potência que ocupava o *heartland*.

Implicações geopolíticas da Guerra na Ucrânia

Frente ao exposto, quais seriam as possíveis implicações geopolíticas da Guerra na Ucrânia?

Talvez o primeiro ponto seja salientar a tradição de pensamento geopolítico nos debates sobre política internacional. Logo, as relações entre espaço e poder, território e política, continuam como centrais à análise sobre questões de defesa e segurança internacional. Na guerra, o território permanece como uma dimensão incontornável das relações sociais e das disputas de poder entre Estados. Na história da Rússia, por exemplo, a profundidade estratégica foi reiteradamente uma aliada. A localização de Moscou sempre representou um desafio logístico e operacional às estratégias ofensivas de qualquer potência invasora. No plano dos objetivos políticos russos, postos à mesa desde o início desta guerra, está o de assegurar, no plano tático-operacional, essa profundidade estratégica à Moscou. Daí a insistência russa quanto à “desmilitarização da Ucrânia” e ao veto à expansão da OTAN.

Colocando em relevo as grandes potências, sobretudo a competição geopolítica de longo prazo entre EUA e Rússia, considera-se que dificilmente a Rússia recuará de seus propósitos de reconduzir a Ucrânia à sua zona influência ou mesmo de reincorporar partes significativas de seu território, como já ocorre, desde 2014, com a Criméia. E que, agora, se intensifica com a “operação militar especial” para assegurar os pedidos de independência das províncias de *Luhansk* e *Donestsk*, na região do *Donbass*. Tal postura tende a se manter, mesmo a Rússia arcando com as pesadas sanções monetário-financeiras dos EUA e demais aliados. Como argumenta *Karaganov* (2022), a Rússia busca reconstruir um sistema de segurança na Europa que seja viável aos seus interesses nacionais.

Do lado dos EUA, o raciocínio com base nos clássicos da geopolítica sugere que o imperativo geoestratégico norte-americano continuará a impedir a ascensão de uma potência capaz de exercer qualquer tipo de liderança hegemônica no *rimland*, desafiando sua supremacia marítima e sua vantagem militar estratégica. Dito de outro modo, os EUA continuarão a fomentar sua presença militar na Europa e no Leste da Ásia, prioritariamente com aliança militares, como a OTAN e a AUKUS³, ou iniciativas, tipo QUAD⁴, ou com acordos bilaterais. Mesmo que se aumentem, em futuro hoje imprevisível, os espaços de cooperação política e de interdependência econômica entre EUA e Rússia, ou entre EUA e China, isso não sugere, à luz da fria e impertinente geopolítica, que os norte-

³ Aliança militar entre Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, anunciada em setembro de 2021.

⁴ *Quadrilateral Security Dialogue*, trata-se de fórum entre Austrália, Estados Unidos, Índia e Japão.

americanos abandonarão a sua presença militar na Europa, ou os seus acordos, no campo da segurança e defesa, com o Japão e a Austrália.

A geopolítica não determina a política de um Estado, longe disso. De algumas de suas teorias fica a ingrata constatação de que negligenciá-la não é uma atitude prudente na política internacional. O risco é o de incorrer em avaliações conjunturais equivocadas, fomentadas por uma eficiência apressada. Como dizia *Friedrich Ratzel*, a política dos Estados não flutua no ar. A Guerra na Ucrânia tem alguns de seus fundamentos na história recente, em uma tentativa de revisão dos princípios e acordos de segurança que nortearam o estabelecimento das fronteiras nacionais com o fim da ex-URSS. Todavia, o seu sentido estratégico aponta para o futuro. Por esse ângulo, ela não indica ser um ponto de exceção, mas sim um grande impasse, em solo europeu, de uma questão de difícil solução a curto e médio prazos. Trata-se de um marco que condensa e acelera as transformações políticas em direção a uma ordem internacional crescentemente multipolar, tendo EUA, Rússia e China como os princípios núcleos.

A Ucrânia, hoje, e *Taiwan*, talvez amanhã, constituem centros de tensão geopolítica de elevada importância global. Do primeiro, reemerge a noção de profundidade estratégica, que ficará cada vez mais em evidência, pois o território ainda importa, sobretudo no cálculo de poder das potências. Do segundo, *Taiwan*, aflora a noção de paciência estratégica, referência de tempo singular, tão funcional à ambição chinesa de ampliar sua projeção de poder no Pacífico. Por fim, é importante salientar que, atualmente, todas as grandes potências são, ao mesmo tempo, “estados-continentais” e “economias integradas aos fluxos internacionais de riqueza”. Caminha-se, ao que parece, para uma intensa competição geopolítica em múltiplas áreas, pressupondo o uso combinado de meios - econômicos, financeiros, tecnológicos, diplomáticos e militares - para reivindicar a primazia na definição de objetivos estratégicos e o direito de arbitrar sobre os princípios de segurança que vigoram em seus entornos geográficos imediatos. Trata-se de um mundo mais complexo, hierárquico e competitivo, cuja tendência de “desglobalização” reforça a importância de sistemas nacionais produtivos mais robustos e diversificados.

Referências:

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Game plan: a geostrategic framework for the conduct of the U.S Soviet Contest.** New York: Atlantic Monthly Press, 1986.

BRZEZINSKI, Z. K. **The grand chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives.** New York: Basic Books, 1997.

COHEN, S. B. **Geopolitics: the geography of international relations.** Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2015.

COSTA, Wanderley M. **O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial.** Confins, nº 25. 2015.

FARIAS, Hélio C. **Aspectos Geopolíticos da Guerra do Futuro e desafios brasileiros.** In: FRANCO-AZEVEDO, Carlos; DE FRANCISCIS, Carlos. Estudos de defesa: Inovação, estratégia e desenvolvimento industrial. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2022.

FIORI, José L. **Poder Global e a nova geopolítica das nações.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FIORI, José L. **A crise da Ucrânia e o acordo entre Rússia e China.** São Paulo. Blog da Boitempo, 2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/02/24/a-crise-da-ucrania-e-o-acordo-ent-re-russia-e-china/2022>. Acesso em: 31 de março de 2022.

KARAGANOV, Sergei. **It Is Not About Ukraine.** In: Russia in Global Affairs, 2022. Disponível em: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/it-is-not-about-ukraine/>. Acesso em: 02 de abril de 2022.

KENNAN, George. **The Sources of Soviet Conduct.** In: TUATHAIL, Gearóid. et al. The geopolitics reader. London and New York: Routledge, 1998.

KISSINGER, Henry. **To settle the Ukraine crisis, start at the end.** The Washington Post, Vol. 5, nº 3, 2014.

MACKINDER, Halford. **Democratic Ideals and Reality: a study in the Politics of Reconstruction.** Washington: National Defense University, 1919.

SPYKMAN, Nicholas. **America's strategy in world politics: the United States and the balance of power.** Transaction Publishers, 1942.

WOLF, Martin. **A new world of currency disorder looms.** Financial Times, 29 de março de 2022. Disponível em: <https://www.ft.com/content/f18cf835-02a0-44ff-875f-7de7facba54e>. Acesso em: 31 de março de 2022.

UMA NOVA GUERRA FRIA?*

Major Rômulo da Fonseca Botelho Atella¹
Major Fábio Renan Azevedo de Souza²
Major Roger Dias da Silva³

1. Introdução

O final da segunda guerra mundial inaugurou um período da história mundial marcado pelo antagonismo entre dois países que emergiram como os vencedores do conflito: os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS). Essas nações, que outrora estavam aliadas no combate ao flagelo do nazifascismo na Europa, tornaram-se rivais após a segunda guerra mundial. A conjuntura que se seguiu após o conflito mundial era baseada numa ordem mundial bipolar, caracterizada pela competição de norte-americanos e soviéticos em todas as expressões do poder nacional.

Entre os anos de 1946, com o recrudescimento da guerra civil na Grécia, e 1991, com a dissolução da ex-URSS, o equilíbrio de poder mundial esteve condicionado à dinâmica das relações entre o Oeste capitalista e o Leste socialista. E assim, os EUA assumiram a liderança global contra o expansionismo soviético, emulando a defesa de princípios morais universais contra o que os norte-americanos consideravam o jugo da tirania soviética (KISSINGER, 2015). No campo militar, essa oposição resultou no estabelecimento de alianças, principalmente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), formada em 1949 pelos EUA e pelas democracias da Europa Ocidental, e o Pacto de Varsóvia, constituído em 1955 pela ex-URSS e pelos países da cortina de ferro.

2. O colapso soviético e o cenário após a guerra fria

O colapso do império soviético, ocorrido a partir de 1991, evento considerado pelo presidente russo *Vladimir Putin* como a maior catástrofe geopolítica do século XX, fez emergir um novo paradigma nas relações internacionais: a universalização da democracia liberal como a forma final de governo humano (FUKUYAMA, 1989).

Tal ideia, defendida pelo escritor e filósofo *Francis Fukuyama* em seu ensaio “O Fim da História e o Último Homem”, recebeu grande destaque no meio acadêmico no início dos anos 1990, à medida que os EUA consolidavam sua posição hegemônica no sistema internacional. Esse período

* Artigo originalmente publicado no OMPV em 08 de agosto de 2022.

¹ Major do Exército Brasileiro.

² Major do Exército Brasileiro.

³ Major do Exército Brasileiro.

coincidiu exatamente com as formulações neoliberais do Consenso de Washington e a fulminante vitória da coalizão liderada pelos EUA sobre as forças de *Sadam Hussein* no *Kuwait* na primeira guerra do Golfo.

No entanto, a História não terminou. A ideia de uma ordem internacional capitaneada por Washington, baseada nas liberdades individuais, na propriedade privada e nos mercados abertos, não podia ser compartilhada por todos os países do globo (KOTKI, 2021). Ao contrário, o cenário após a guerra fria tem apresentado uma série de conflitos ao redor do mundo, nos quais as questões das identidades culturais têm exacerbado movimentos separatistas e de cunho religioso, tal qual propunha *Samuel Huntington* em sua célebre obra “O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial” (HUNTINGTON, 1998).

3. A emergência da China e a conjuntura atual

A conjuntura atual provocou a gestação de uma nova era de rivalidades, com a emergência da China como um relevante ator no tabuleiro geopolítico internacional. Sua ascensão é o resultado de um processo contínuo e prolongado, que remonta à guerra civil vencida por *Mao Zedong* em 1949, e que possibilitou a formação de um Estado com regime de partido único, sob o controle absoluto do Partido Comunista Chinês (PCC).

Esse movimento teve como pano de fundo a aproximação entre os EUA e a República Popular da China (RPC), ocorrida a partir do governo *Richard Nixon*, como um reflexo da cisão sino-soviética (MEARSHEIMER, 2022). A conciliação entre os dois países foi estimulada pela iniciativa de *Mao Tsé-tung* e obedeceu ao imperativo de segurança, ameaçada pelas crescentes tensões fronteiriças com a ex-URSS. Para os norte-americanos, essa atitude representava uma extraordinária oportunidade estratégica para conter o expansionismo soviético na Ásia, além de restabelecer relações com uma nação que detinha um quinto da população mundial (KISSINGER, 2011). Desde então, as relações entre os dois gigantes têm se mostrado pendulares ao longo das últimas décadas. As pautas relacionadas aos direitos humanos, à liberdade política e, sobretudo, à questão de *Taiwan*, permanecem como pontos potencialmente conflitantes na agenda.

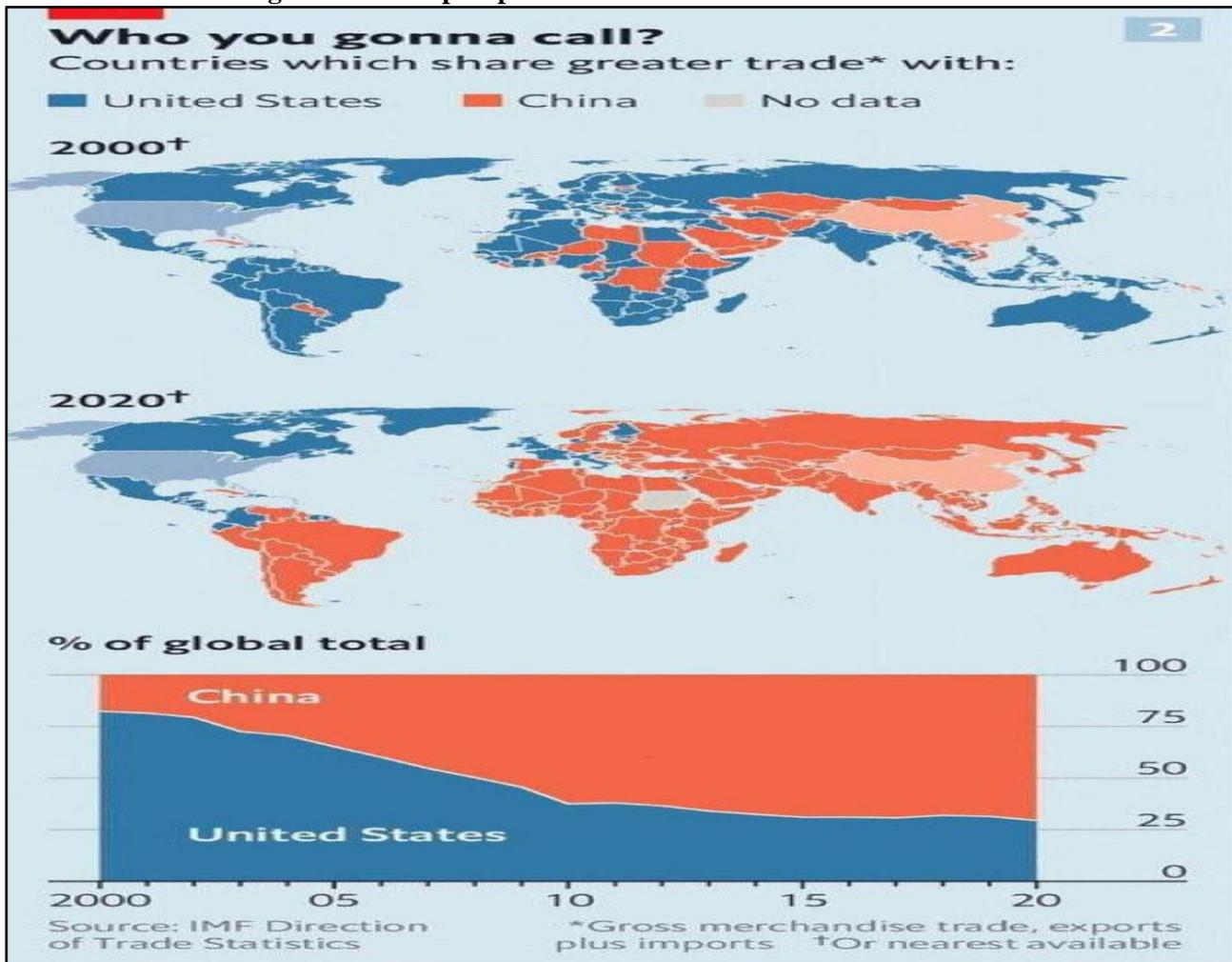
Todavia, a perenidade do diálogo e da cooperação entre os EUA e a China possibilitou o assombroso crescimento econômico oriental, sobretudo a partir de 1978, após a implementação das reformas estruturantes conduzidas por *Deng Xiaoping*. Esse conjunto de medidas promoveu resultados espetaculares, logrando um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a taxas maiores do que 9% durante toda a década de 1980. Iniciativas como a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), além do ingresso no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial fomentaram

Uma Nova Guerra Fria?

a entrada de investimentos estrangeiros e a descentralização da atividade produtiva no país. Desse modo, foram lançadas as bases do socialismo com características chinesas (KISSINGER, 2011).

Portanto, no alvorecer de uma nova ordem mundial pretensamente liderada por Washington, a China encontrava-se em franca expansão de suas capacidades econômicas. No ano de 2001, foi admitida como membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) com o apoio norte-americano, fato que ampliou drasticamente suas relações comerciais com o restante do mundo (MEARSHEIMER, 2022). Atualmente, o país responde pelo segundo maior PIB global e constitui-se como principal parceiro comercial de um número crescente de nações.

Figura 1 - Principais parceiros comerciais dos EUA e da China



Fonte: THE ECONOMIST, 2021.

4. A rivalidade entre superpotências

Dessa forma, constata-se que a rivalidade entre superpotências obedece a uma lógica realista dificilmente contornável (MEARSHEIMER, 2022). Desde o conflito entre Atenas e Esparta na Guerra do Peloponeso, até a guerra fria no século XX, o fenômeno da confrontação entre uma potência dominante e outra em ascensão tem se repetido reiteradamente no curso da História. Essa

condição foi cunhada por *Graham Allison* em seu livro “A Caminho da Guerra”, como a armadilha de *Tucídides*, em referência ao historiador helênico que descreveu em detalhes o estresse estrutural que conduziu as cidades-estados gregas à guerra (ALLISON, 2020).

Sob a ótica realista das relações internacionais, é justo afirmar que as nações são impelidas a competir por poder. Sob a liderança de *Xi Jinping*, o dragão chinês tem buscado consolidar sua hegemonia no extremo oriente e busca exercer um papel cada vez mais relevante no cenário internacional. No campo científico, tem se esforçado para liderar as pesquisas e a produção de avançadas tecnologias, com altíssimo valor agregado (MEARSHEIMER, 2022). Na expressão militar, tem elevado exponencialmente seus gastos em Defesa nos últimos anos, com foco na ampliação de sua dissuasão nuclear e a construção de uma Marinha de águas azuis que seja capaz de salvaguardar seu comércio marítimo.

A competição colossal, portanto, tem se mostrado inevitável. Tal antagonismo é potencializado por fortes componentes psicossociais que orientam, em grande medida, suas condutas na política externa. Os EUA e a China representam visões únicas e excludentes do mundo em que vivem. Os norte-americanos consideram-se um povo excepcional, condicionado em seu Destino Manifesto a levar a virtude, o progresso e a democracia para o conjunto da humanidade. Os chineses, em seu turno, compartilham de um senso de superioridade moral que remonta ao Império do Meio, pautado pelos ensinamentos da doutrina confucionista, fora do qual não havia civilização, mas apenas a barbárie (ALLISON, 2020).

Dessa forma, os EUA têm orientado seus esforços de Defesa para conter as ameaças representadas pelas potências consideradas revisionistas, as quais buscam moldar um ambiente internacional que atenda aos seus interesses, na medida em que confrontam Washington em todas as expressões de seu poder nacional (UNITED STATES OF AMERICA, 2018). A recente guerra comercial no governo *Donald Trump*, o acirramento das disputas militares no mar do sul da China, as tensões sobre o *status* político de *Taiwan*, o recrudescimento dos arsenais nucleares e, obviamente, a recente invasão da Ucrânia pelas forças russas, são evidências da disposição desses países em estabelecer uma competição de longo prazo contra os EUA e seus aliados (BRANDS, 2022).

É mister destacar o papel desempenhado pela História na prospecção de cenários e na adoção de estratégias nacionais. Embora a guerra fria tenha se desenrolado ao longo de décadas num contexto internacional marcado pelo conflito Leste-Oeste, suas lições são extremamente relevantes para indicar os principais desafios nos tempos hodiernos. Uma potencial nova guerra fria entre os norte-americanos e os chineses certamente obedecerá a uma dinâmica própria, diversa do período pós-segunda guerra mundial.

Uma Nova Guerra Fria?

Durante a guerra fria travada por norte-americanos e soviéticos, houve uma disputa econômica indireta entre a ex-URSS e os EUA. Naquela ocasião, o governo norte-americano implementou o plano *Marshall* no pós-guerra, solidificando a sua esfera de influência em grande parte da Europa, incluindo as principais potências do continente, como a França e a Inglaterra. Em contrapartida, a ex-URSS criou o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), visando articular o bloco soviético. Percebeu-se, naquela época, o esforço de cada pólo antagônico em fortalecer as nações sob sua liderança.

Entretanto, uma nova guerra fria, que envolve a rivalidade entre os EUA e a China, evidencia um cenário de utilização da expressão do poder econômico. Não apenas para fortalecer os aliados, mas, principalmente, como ferramenta para desestabilizar os rivais. Observou-se, nos últimos anos do governo *Trump*, a escalada de sanções econômicas aplicadas contra à China, postura que afetou principalmente os produtos das indústrias de base da China. Contudo, houve resposta chinesa ao aplicar sanções aos produtos estadunidenses. Tal fato tornou-se possível, haja vista a interdependência atual entre as economias dos países em virtude da globalização, mostrando que essa expressão do poder tem potencial para exercer maior peso no cenário atual, do que no contexto da Guerra Fria.

5. Considerações Finais

Por fim, o atual estágio do desenvolvimento capitalista, com inúmeras sociedades operando em redes transnacionais e com amplo emprego de tecnologias avançadas, contribui para um nível cada vez maior de integração entre as nações. Além disso, a humanidade se defronta com graves problemas como os severos efeitos das mudanças climáticas, a ocorrência de graves crises sanitárias como a pandemia do covid-19 e as imigrações em massa, que exigem concertação nos mais altos níveis decisórios para sua mitigação. Dessa forma, a escolha das estratégias no relacionamento entre esses superpoderes determinará, em grande medida, a construção de uma nova balança de poder mundial.

Referências:

ALLISON, Graham. **A Caminho da Guerra: Estados Unidos e China conseguirão escapar da armadilha de Tucídides?** 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

BRANDS, Hal. **The Twilight Struggle: What the Cold War Teaches us about Great-Power Rivalry today.** New Haven: Yale University Press, 2022.

BRANDS, Hal; GADDIS, John Lewis. **The New Cold War: America, China, and the Echoes of History.** Foreign Affairs, Vol. 100, nº 6, p. 10-20, 2021.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History.** The National Interest, nº 16, 1989.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KOTKI, Stephen. **The Cold War Never Ended: Ukraine, the China Challenge, and the Revival of the West**. Foreign Affairs, Vol. 100, nº 6, p. 48-58, 2021.

MEARSHEIMER, John J. **The Inevitable Rivalry: America, China and the Tragedy of Great-Power Politics**. Foreign Affairs, Vol. 101, nº 3, p. 64 -78, 2022.

THE ECONOMIST. **Joe Biden is determined that China should not displace America**. The Economist, 17 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/briefing/2021/07/17/joe-biden-is-determined-that-china-should-not-displace-america>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America: Sharpening the American Military's Competitive Edge**. Washington-DC, 2018. Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

SEGUNDA PARTE



O BRASIL E O SEU ENTORNO

A DOCTRINA MILITAR TERRESTRE NO APOIO ÀS CATÁSTROFES NATURAIS*

Coronel Flávio Roberto Bezerra Morgado¹

1. Introdução

O início do ano de 2022 foi marcado por intensas chuvas na região sudeste do Brasil, que ocasionaram catástrofes naturais, principalmente nas cidades de Petrópolis e Angra dos Reis. Estes tipos de ocorrências já aconteceram em outras ocasiões e em anos anteriores, sendo uma constante no país, ao se analisar a quantidade de vezes e a periodicidade destas tragédias.

Figura 1 - Tragédia em Petrópolis



Fonte: <https://www.oliberal.com/ultimas-noticias/paraense-tem-livramento-ao-cancelar-a-viagem-para-petropolis-rj-e-escapar-de-temporal-1.497426>.

* Artigo originalmente publicado no OMPV em 22 de julho de 2022.

¹ Coronel veterano do Exército Brasileiro e instrutor da ECEME.

Nessas ocasiões, percebe-se que o Exército Brasileiro normalmente vem sendo acionado para apoiar os governos estaduais e municipais, a fim de minimizar os efeitos colaterais advindos dessas catástrofes. A instituição, por sua vez, procura empregar seus meios orgânicos (pessoal e material) durante os trabalhos de recuperação das áreas atingidas. *Mas, por qual motivo o Exército Brasileiro possui uma doutrina para atuar nesse tipo de tragédia?* Com vistas a responder esta pergunta, o presente artigo busca apresentar alguns pontos de natureza doutrinária que justificam essa questão.

2. Desenvolvimento

A doutrina, em seu significado mais amplo, é o conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos, disposto de forma integrada e harmônica, fundamentados principalmente na experiência, destinado a estabelecer linhas de pensamentos e a orientar ações. A doutrina militar, por sua vez, compreende o conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das Forças Armadas (FA). Engloba a administração, a organização e o funcionamento das instituições militares (como organizar, como equipar, como combater) (BRASIL, 2019). A doutrina militar terrestre, por seu turno, estabelece que os elementos da Força Terrestre devem executar as operações básicas (ofensivas, defensivas, de cooperação e de coordenação com agências) para cumprirem as missões recebidas dos escalões superiores (BRASIL, 2017).

O conceito operativo do Exército é aquele que interpreta a forma de atuação dos elementos da Força Terrestre para obter e manter resultados decisivos nas operações desencadeadas no amplo espectro dos conflitos, mediante a combinação de operações ofensivas, defensivas ou de cooperação e coordenação com agências, de forma simultânea ou sucessiva, prevenindo ameaças, gerenciando crises e solucionando conflitos armados, em situações de guerra e de não guerra.

As operações de cooperação e de coordenação com agências são executadas em apoio aos órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos genericamente como agências. Destinam-se a conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum. Buscam evitar a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções, levando os envolvidos a atuarem com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.

Figura 2 - Ação de Controle de Danos



Fonte: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/exercito-deflagra-operacao-para-socorrer-vitimas-das-chuvas-em-petropolis/>.

Além disso, também são estabelecidas as operações complementares, que se destinam a ampliar, aperfeiçoar e/ou complementar as operações básicas, a fim de maximizar a aplicação dos elementos do poder de combate terrestre. Os elementos da Força Terrestre as executam inseridas no contexto das operações básicas.

Ainda nesse contexto, observa-se um rol de ações comuns às operações, podendo ser realizadas por tropas de qualquer natureza, desde que estas tenham as capacidades necessárias. Relacionam-se às funções de combate, às atividades e tarefas a serem conduzidas pelos elementos da Força Terrestre e apresentam um grau de intensidade variável, de acordo com a operação militar planejada e conduzida.

Dentro das ações comuns às operações terrestres, as ações de segurança da área de retaguarda são executadas na área de retaguarda de um determinado escalão, para evitar a interferência do oponente ou para mitigar seus efeitos, além de controlar os efeitos de uma ameaça relacionada a catástrofes (naturais ou provocadas pelo homem). Tais ações têm por finalidade preservar o poder de combate.

A segurança da área de retaguarda compreende dois tipos de ação: a defesa de área de retaguarda e o controle de danos. O controle de danos é o conjunto de medidas preventivas e corretivas que visam a minimizar os efeitos das ações do oponente ou das catástrofes na nossa área de retaguarda. Essas medidas têm a finalidade de assegurar a continuidade das demais funções de combate.

A Doutrina Militar Terrestre no apoio às catástrofes naturais

As Organizações Militares do Exército Brasileiro empregadas em decorrência de desastres naturais, em apoio aos órgãos estaduais e municipais, como nos casos de Petrópolis e Angra dos Reis, no início de 2022, estão executando uma ação de controle de danos, num contexto de uma operação de cooperação e de coordenação com agências.

Figura 3 - Exército Brasileiro em ação na cidade de Petrópolis em fevereiro de 2022



Fonte: <https://twitter.com/exercitooficial/status/1497708157396832256/photo/1>.

Por ser uma atividade prevista em sua doutrina, o Exército Brasileiro possui pessoal (como organizar), material (como equipar) e condutas/processos (como combater) na ação de controle de danos, possuindo condições de enfrentar estes tipos de desastres naturais.

3. Considerações Finais

O Exército Brasileiro é uma instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e sua missão é de contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais, e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social (BRASIL, 2014). A existência de uma doutrina que permite à Força Terrestre empregar suas Organizações Militares em uma situação de catástrofe natural, demonstra o elevado grau de profissionalismo, a visão prospectiva e o nível de prontidão existentes no Exército Brasileiro, sempre orientado por seus valores e suas tradições, alicerçados na hierarquia e na disciplina.

Referências:

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB20-MF-10.101 - Exército Brasileiro**. Brasília-DF: Exército Brasileiro, 2014. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/documents/10138/6563889/Manual+-+O+Ex%C3%A9rcito+Brasileiro/09a8b0d2-81d0-4a69-a6ea-0af9a53eaf45>. Acesso em: 13 de Maio de 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB70-MC-10.223 - Operações**. Brasília-DF: Exército Brasileiro, 2017. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/848/3/EB70-MC-10.223-%20Opera%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 13 de Maio de 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB20-MF-10.102 - Doutrina Militar Terrestre**. Brasília-DF: Exército Brasileiro, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4760/1/EB20-MF-10.102.pdf>. Acesso em: 13 de Maio de 2020.

O PAPEL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO NA GEOPOLÍTICA DO BRASIL*

Délcio de Deus Gulart¹

1. Introdução

O presente artigo descreve os resultados preliminares de investigação em andamento, desenvolvida pelo autor no âmbito do curso de Mestrado em Ciências Militares - Linha de Pesquisa Estudos da Paz e da Guerra, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Escola Marechal Castello Branco, a qual tem por objetivo analisar o papel da República Democrática do Congo na geopolítica praticada pelo Brasil.

Para alcançar o objetivo proposto, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicia-se com uma breve ambientação sobre os principais geopolíticos brasileiros, seguido da apresentação do entorno estratégico brasileiro e sua importância geopolítica para o Brasil. Na sequência, é realizado a caracterização da República Democrática do Congo, acompanhada dos esforços realizados pelo Brasil em operações de paz no continente africano e, em particular, na República Democrática do Congo. Na parte final, são feitas algumas considerações sobre o artigo com base no que foi escrito.

2. A geopolítica brasileira

Dentre todos os geopolíticos brasileiros expoentes, três se destacaram ao longo da história: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro. Nessa seção, será apresentado, de forma resumida, os principais pontos e aspectos geopolíticos pontuados por cada um desses autores na formulação do pensamento geopolítico nacional.

Para Costa Freitas (2011), ao elaborar o seu projeto geopolítico, Golbery do Couto e Silva, priorizou temas como: 1) o nacionalismo; 2) a adoção da doutrina de contenção; 3) a elaboração da teoria dos hemicírculos concêntricos para definir prioridades; e 4) a adoção do conceito de Ocidente como elemento-programa de geopolítica. No tocante à Carlos de Meira Mattos, um dos pilares teóricos de seu pensamento geopolítico residia justamente na importância e na relevância do Atlântico Sul para o país (COSTA FREITAS, 2011). Com relação à Therezinha de Castro, nota-se que um dos temas centrais do projeto geopolítico elaborado por essa autora eram o reforço do papel histórico-político a ser desempenhado pelo Brasil na América e no mundo; a elaboração de uma geopolítica e

* Artigo originalmente publicado no OMPV em 19 de agosto de 2022.

¹ Mestrando em Ciências Militares na ECEME.

geoestratégia para a Amazônia; e a elaboração de uma geopolítica e geoestratégia para a Antártica (COSTA FREITAS, 2011).

Ou seja, de alguma forma, esses três autores pontuaram e priorizaram a costa ocidental africana em seus pensamentos/projetos geopolíticos. Como as repercussões do pensamento de Golbery do Couto e Silva, Therezinha de Castro e Carlos de Meira Mattos sobre as estratégias geopolíticas brasileiras contemporâneas possuem a capacidade de exercer grande influência nos elementos centrais dos documentos que definem a defesa do país e nas posições manifestas pelo Estado frente às demandas complexas do sistema internacional, é importante verificar como esses pensadores priorizavam a costa ocidental africana em seus projetos.

3. O entorno estratégico brasileiro

No que se refere ao entorno estratégico brasileiro, parte-se da definição incluída na Política Nacional de Defesa, a qual o define como sendo uma área de interesse prioritário para o Brasil, e inclui áreas como a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (BRASIL, 2020). Para Willrich (2018), a definição do entorno estratégico brasileiro nos documentos de defesa de mais alto nível do país implica em específicas políticas de defesa para cada região ou contexto e acrescenta dizendo que se há mudança no entorno, há também a transformação de políticas. Ademar e Souza Neto (2014), por sua vez, enfatizam que a cooperação internacional brasileira vem se expandindo como parte de uma política externa que busca projetar a influência brasileira dentro e fora do entorno regional imediato.

Já Souza e Monteiro (2021), evidenciam elementos pontuais que ratificam a importância do Atlântico Sul para o entorno estratégico brasileiro, os quais estão presentes no conceito elaborado pela Marinha do Brasil sobre a Amazônia Azul. Segundo a dupla, a Marinha elencou o conceito de Amazônia Azul para alertar a sociedade e demais instituições nacionais sobre a importância desse espaço marítimo e fluvial sob a jurisdição nacional. Entre essas vertentes (soberania, científica, ambiental e econômica), ganha destaque, no âmbito da primeira, a criação, em 1986, a Zona de Paz e Segurança do Atlântico Sul (ZOPACAS), plataforma que permite ao Brasil exercer papel de ator regional de peso, pois possibilita aumentar sua influência no entorno estratégico e minimiza a possibilidade de interferência militar de potências extrarregionais no Atlântico Sul (SOUZA; MONTEIRO, 2021).

Nas palavras de Coutinho (2016), o país, diante desse cenário, consolidou uma política de defesa em que a África ocupa papel de destaque, o qual tem sido formalizado através de um aumento nos últimos anos dos acordos de cooperação, principalmente bilaterais, entre o Brasil e os países da costa ocidental africana, que vão ao encontro dos objetivos delimitados no âmbito da ZOPACAS.

Presente nos projetos delineados no contexto da escola geopolítica brasileira, em suas diversas fases, e elemento constituinte do entorno estratégico brasileiro, a África integra desde o século XX, as estratégias de defesa formuladas pelo Estado brasileiro com vistas à crescente participação internacional.

4. A República Democrática do Congo

Inserida nesse contexto, a República Democrática do Congo, por diversos fatores, ocupa uma posição de destaque nos esforços realizados pelo Brasil rumo a um maior protagonismo regional na atualidade. Dentre as diversas ações empreendidas, a mais relevante é a participação do Brasil na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), operação de paz da ONU em que atualmente, o *Force Commander* é o General de Divisão Marcos de Sá Affonso da Costa, do Exército Brasileiro.

Para Castellano da Silva (2012), a República Democrática do Congo situa-se no coração do continente africano, numa região estratégica da África Central, interligando territórios da África Austral, Oriental, Equatorial e do Chifre da África. Acrescenta dizendo que em 2012 o país contava com cerca de 73 milhões de habitantes e que possuía uma taxa de natalidade de 2,7% ao ano, o que o qualificava como sendo o quarto país mais populoso do continente.

Segundo Castellano da Silva (2012), a República Democrática do Congo ainda possui reservas significativas de cobalto, urânio, cobre, petróleo e água, além de coltan e cassiterita (utilizados largamente pela indústria digital). Destaca ainda que o país teve sua riqueza natural estimada na ordem de USD 24 trilhões, montante que equivaleria ao PIB da Europa e ao PIB dos Estados Unidos da América juntos. Apesar de ostentar indicadores como os acima registrados, 75% da população vive com apenas um dólar por dia na República Democrática do Congo e conta ainda com um número de cerca de 423 mil refugiados em seu território.

Em razão desses indicadores, a República Democrática do Congo, assim como diversos outros países africanos, tem sido alvo de operações de paz da ONU desde a década de 1960, ocasião em que recebeu missões de paz onusianas em seu território, compostas inclusive, por brasileiros. Devido a esse histórico e o sucesso alcançado pelo Brasil em missões de paz da ONU, Pereira (2019) entende que, independentemente do local na África, as participações brasileiras devem ser incrementadas no continente africano, haja vista que auxiliam na projeção geopolítica do Brasil, da mesma forma que contribuem para a estabilização do entorno estratégico brasileiro.

A expertise obtida pelo Brasil nesse campo permite que se analise a atuação das forças militares do país junto à MONUSCO sob uma ótica particular, que, além de evidenciar o protagonismo

brasileiro nesse segmento, facilita as bases para o projeto geopolítico contemporâneo conduzido pelo país.

Para Tchinama (2019), há que se levar em conta que as missões de paz no continente africano se destacam, especialmente, pela proteção de civis, pela defesa dos direitos humanos e pela estabilização e consolidação da paz no país. Esses aspectos podem ser considerados como indutores para a participação brasileira em operações de paz na África, uma vez que vão ao encontro das capacidades e expertises brasileiras em operações de paz, qualidades que ficaram mundialmente conhecidas após a bem-sucedida atuação junto à Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Em termos da capacidade do Estado brasileiro em mobilizar os recursos necessários para atuar em campo, Souza (2015) salienta que o Brasil detém esta capacidade e que a mesma se encontra prescrita nos principais documentos relacionados à defesa em vigor no país, como a Política Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa.

5. Considerações Finais

Em vista disso, Tchinrama (2019) afirma que a MONUSCO vem mostrando resultados satisfatórios e a presença brasileira tem sido relevante aos olhos da comunidade internacional, o que valida as estratégias geopolíticas nacionais orientadas a esse contexto. Pereira converge com Tchinrama e aponta que dentre as inúmeras vantagens que podem ser obtidas pelo Brasil ao atuar nesse campo, quatro se destacam: 1) investimentos na área de defesa, 2) aumento da cooperação Brasil-África, 3) melhoria da imagem do Brasil no âmbito global e 4) manutenção da paz no Atlântico Sul, aspectos que, objetivamente, reforçam o protagonismo nacional perante os demais países do mundo (PEREIRA, 2019).

A partir do exposto, torna-se possível concluir, de forma preliminar que, de fato, a presença do Brasil na República Democrática do Congo se alinha às perspectivas delineadas pelo Estado brasileiro em termos geopolíticos e na construção de estratégias comuns de defesa a serem compartilhadas por ambos os países, as quais podem se beneficiar, em larga escala, da experiência comum obtida por meio da MONUSCO.

Referências:

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA Neto, Danilo Marcondes de. **O Atlântico Sul e a cooperação em defesa entre o Brasil e a África.** In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Cap: 9, p. 215-238. Brasília: Ipea, 2014.

BRASIL. **Política nacional de defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

O papel da República Democrática do Congo na geopolítica do Brasil

CASTELLANO da Silva, Igor. **Congo, a guerra mundial africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz.** Porto Alegre: Cebráfrica/UFRGS, 2012.

COUTINHO, Isadora Caminha. **30 anos da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS): uma perspectiva brasileira.** In: VISENTINI, Paulo Fagundes; MIGON, Eduardo Glaser; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil. Cap 9, p. 187-211. Porto Alegre: UFRGS/ECEME, 2016.

COSTA FREITAS, Jorge Manuel. **Resenha - A Escola Geopolítica Brasileira.** Revista da Escola Superior de Guerra, Vol. 26, nº 53, p. 108-114, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/download/251/223/380>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

PEREIRA, Victor Almeida. **A participação brasileira na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a estabilização da República Centro-Africana: um estudo sobre sua viabilidade geopolítica.** Coleção Meira Mattos, Rio de Janeiro, Vol. 13, nº 46, p. 67-82. jan./abr. 2019, Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/1434/1762>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

RONCHI, Bruno Luiz de Souza et. al. **Segurança e consolidação do Estado: perspectiva de cooperação técnica-militar Brasil-República Democrática do Congo.** Revista Perspectiva, Vol. 9, nº 16, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/7129100/40453>. Acesso em: 14 de julho de 2022.

SOUZA, Alexandre da Fonseca Nepomuceno de; MONTEIRO, Marcus Vinicius Cardoso. **A importância do Atlântico Sul como entorno estratégico.** Observatório Militar da Praia Vermelha, 29 nov. 2021. Disponível em: <http://ompv.eceme.eb.mil.br/geopolitica-e-defesa/geopolitica-e-capacidades-nacionais-de-defesa/423-aim>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SOUZA, Graziene Carneiro de. **MONUSCO: a atuação brasileira em operações de paz robustas.** Brasiliana: Journal of Brazilian Studies, Vol. 3, nº 2, 2015. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/20232/18135>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

TCHINRAMA, Laurindo. **A missão de estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo e a presença do Brasil.** GEDES: Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional, 15 jul. 2019. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/a-missao-de-estabilizacao-das-na-coes-unidas-na-republica-democratica-do-congo-e-a-presenca-do-brasil/>. Acesso em: 30 de junho de 2022.

WILLRICH, Emili. **A geopolítica e o entorno estratégico brasileiro (2012 e 2016).** Anais do 10º Encontro Nacional da ENABED, 2018. Disponível em: https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1534940671_ARQUIVO_EmiliWillrich-artigoenabed.pdf. Acesso em: 14 de junho de 2022.

A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NACIONAL E O AMPARO CONSTITUCIONAL*

William Pereira Laport¹

“Se Darwin nos permitisse uma certa ‘liberdade científica’, diríamos que a seleção natural extrapola a sobrevivência do mais forte e passa pela sobrevivência do que tem mais conhecimento” (HAMADA; MOREIRA, 2020).

1. Introdução

Ao longo do mês de julho do corrente ano, um dos assuntos que novamente centrou a atenção da mídia foi a atividade de inteligência nacional. Declarações sugestionando o fim da Agência Brasileira de Inteligência, com o ‘repassé’ de suas atribuições a órgãos de segurança pública federal, pulularam nos mais diversos meios de comunicação (UOL, 2017).

Há, em verdade, uma brecha que permite essas manifestações: a falta de amparo constitucional. Ao folhear as páginas da Constituição Federal de 1988 e revisitar os anais da constituinte que deram azo à atual Carta Magna, verifica-se que não houve menção e previsão à inteligência, seja ela enquanto atividade, produto ou organização. Dessa forma, pondera-se como a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) se preocupou em estabelecer como norma formalmente constitucional a manutenção do Colégio Pedro II na órbita federal (Art. 242, §2º, CF), sem tecer qualquer alusão aos serviços de informação. Diante dessa constatação, o presente manuscrito se presta a esboçar um modelo de resposta a essa inquietude, que há muito intriga e gera falta de segurança a operadores e admiradores da atividade de inteligência, apesar de não possuir a solução para os problemas do mundo, mas importante ferramenta de gestão aliada às demais funções de Estado.

2. Compreendendo a Inteligência

O primeiro ponto a ser levado em consideração reside no fato de que a atividade de inteligência permanece desconhecida e incompreendida, quiçá temida, pela sociedade em geral. Fazer inteligência não se confunde com buscar a verdade² (LOWENTHAL, 2009). Muitas vezes seu objeto pode vir a ser o engodo e a desinformação, aspectos que podem ser vistos em vários exemplos na História.

* Artigo originalmente publicado no OMPV em 23 de agosto de 2022.

¹ Doutorando em Ciências Militares na ECEME.

² A atividade de inteligência se presta a assessorar. Atividade-meio, apta a produzir sem provocação, voltando-se ao futuro e produzindo conhecimentos. Busca a realidade. Diverge da investigação, atividade-fim na busca da autoria e materialidade delitivas, que se volta ao passado pela verdade possível.

A busca por uma definição é tratada em diversos estudos. Desde autores estrangeiros como *Jennifer Sims, Abram Shulsky e Michael Herman*, até autores brasileiros como *Marcos Cepik e Priscila Brandão*, inúmeras pessoas se propuseram a entender os meandros da atividade de inteligência e o que ela importa ao Estado. De forma didática, este artigo adotará a visão clássica de Sherman Kent (1949), a qual propõe que a inteligência pode adquirir a faceta de: (i) produto (conhecimento produzido – resultado do processo de produção de conhecimento e que tem como cliente o tomador de decisão); (ii) organização (estruturas funcionais que atuam na busca do dado negado, na produção de inteligência e na salvaguarda dessas informações) e; (iii) atividade (que assessora o processo decisório com conhecimentos específicos obtidos a partir de dados negados e processados por metodologia própria).

O ordenamento pátrio, por sua vez, classifica a inteligência como atividade, conforme se verifica da conceituação preceituada na legislação ordinária regente:

“(…) entende-se como inteligência a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade do Estado” (BRASIL, 1999).

Sob a ótica da atividade de Estado, a inteligência é voltada, portanto, ao assessoramento de gestores públicos no curso do processo de tomada de decisão, atuando através da “coleta de informação sem o consentimento, a cooperação ou mesmo o conhecimento dos alvos da ação” (CEPIK, 2003), buscando reduzir incertezas. Ademais, as informações coletadas são processadas e transformadas em conhecimentos correntes, atentos à lógica da oportunidade, precisão e objetividade, pautando-se no sigilo a fim de conservar elementos sensíveis, seja protegendo seus meios, fontes e operações ou na compartimentação das informações, limitando seu acesso aos que delas devam tomar conhecimento.

3. A Inteligência Nacional e a *Path Dependence*³

Uma vez compreendida, há que se reconhecer que subsiste sobre a atividade de inteligência uma pecha de temor coletivo ante à recorrente suspeita de se constituir em ferramenta estatal passível de atentar contra os direitos mais fundamentais dos cidadãos. Buscando entender as causas históricas da criação dos serviços de informação ocorridos ao longo do mundo, percebe-se que a principal motivação reside em responder as necessidades dos governantes face a algumas informações (GONÇALVES, 2011). Embora fosse uma função primária, as organizações se mostraram ao longo

³ Pode-se definir *path dependence* como sendo uma situação iniciada em uma *critical juncture*, na qual ocorreu uma tomada de decisão influenciada por *antecedent conditions* e que permaneceu ativa por conta do mecanismo de *self reinforcing*, levando ao *lock-in* institucional (COLLIER; COLLIER 2002).

da história serem instrumentos de dominação e maximização de poder em diferentes contextos nacionais, com uma dupla face: informacional e coercitiva. Tal visão ainda perdura no imaginário popular, gerando uma espécie de path dependence referente às relações de poder que impulsionaram a inteligência em sua gênese.

No Brasil, o Serviço Nacional de Informações (SNI) passou por verdadeiro processo de “demonização”, procedimento que fez com que a atividade de informações fosse encarada como instrumento de cerceamento das liberdades civis e cuja existência, não subsistiria ao Estado Democrático de Direito. Paradoxalmente, o SNI sobreviveu incólume ante a chegada da Nova República, realizando a travessia para a redemocratização junto a todos os processos que se sucederam, desde os debates da constituinte até a promulgação da Constituição Federal de 1988, que findou por realizar nenhuma menção a atividade de inteligência. O SNI funcionou até março de 1990, quando foi extinto⁴ pelo presidente Fernando Collor de Mello.

Sem um órgão normatizador na década de 1990, a inteligência brasileira permaneceu num limbo institucional de 1990 à 1999, com perda de importância na burocracia e na hierarquia estatal. Esse périplo institucional foi superado apenas com a edição da lei ordinária nº 9.883/99, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e deu luz à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) como seu órgão central. Em outras palavras, pode-se dizer que o Brasil ficou alijado de um efetivo sistema de informações por um longo período.

Tendo em vista que a atividade de inteligência se dedica a alertar e advertir sobre ameaças que se acercam do governante e maculam interesses nacionais, questiona-se se a ausência de riscos poderia justificar uma inteligência enfraquecida, à margem da estabilidade constitucional.

4. A Inteligência e as Novas Ameaças

A não participação do Brasil em conflitos armados e a inexistência de ameaças efetivas ao Estado brasileiro, poderiam despontar, então, como argumentos adicionais no que tange à falta de reconhecimento dedicado à cultura da inteligência e ao consequente escanteamento da atividade na constituinte e no texto normativo de mais alta hierarquia nacional. Em um mundo globalizado, dotado da imprevisibilidade e incerteza que o caracteriza (VUCA⁵), pressupõe-se cada vez mais

⁴ Extinto pela Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990, convertida na Lei nº 8.028/90.

⁵ Com a queda do Muro de Berlim, quatro pilares passaram a definir o novo cenário: Volatilidade, Incerteza, Complexidade e Ambiguidade, cujas iniciais em inglês (Volatility, Uncertainty, Complexity e Ambiguity) dão nome ao Mundo VUCA. Atualmente, credita-se uma evolução ao termo anteriormente cunhado, com uma mentalidade dos tempos do VUCA superada pela BANI (brittle - frágil, anxious - ansioso, nonlinear - não linear e incomprehensible - incompreensível).

conhecimento, cooperação, coordenação e integração e a atividade de inteligência desponta como elo a propiciar tal colaboração. ***Contudo, contra quem (ou o que) o Brasil deve se prevenir?***

Na mencionada Lei nº 9.883/99, há uma previsão da elaboração de uma Política Nacional de Inteligência (PNI) para regular a atividade de inteligência no país⁶. A PNI, por sua vez, apresenta, de forma ostensiva, as novas ameaças, elencando as que analisa como sendo os principais riscos à segurança da sociedade e do Estado:

- “6.1 Espionagem (...)
- 6.2 Sabotagem (...)
- 6.3 Interferência Externa (...)
- 6.4 Ações contrárias à Soberania Nacional (...)
- 6.5 Ataques cibernéticos (...)
- 6.6 Terrorismo (...)
- 6.7 Atividades ilegais envolvendo bens de uso dual (...)
- 6.8 Armas de Destruição em Massa (...)
- 6.9 Criminalidade Organizada (...)
- 6.10 Corrupção (...)
- 6.11 Ações contrárias ao Estado democrático de direito (...)” (BRASIL, 1999).

Verifica-se, portanto, que a PNI estabelece diversas ameaças com potencial periculosidade. Contudo, para responder aos desafios propostos, há a necessidade de sedimentar o marco legal da inteligência estratégica nacional, sobretudo com a constitucionalização da matéria, a fim de fortalecê-la, estabilizando-a no seio da democracia brasileira.

Na busca por uma eficaz resposta às ameaças elencadas, há a constante preocupação com o aperfeiçoamento da inteligência, enquanto instituição de Estado, a fim de que não haja rupturas e descontinuidades que possam afetá-la, enquanto atividade ou processo, sob risco de o produto, conhecimento produzido, não se apresentar oportuno, preciso e objetivo como desejado ou necessário.

5. Considerações Finais

Do ponto de vista organizacional, os serviços de inteligência são agências governamentais responsáveis pelo processo de produção de conhecimento, subsidiando a tomada de decisões dos governantes nos mais diversos níveis de decisão.

A despeito da existência de práticas obscuras dos serviços de informações no passado, a atividade de inteligência adquiriu uma nova escala operacional, tornando-se uma organização profissional e permanente do Estado moderno. ***Contudo, até quando?***

O questionamento é constantemente reavivado, muito se deve em razão da marginalização da matéria na Constituição Federal, com falta de amparo constitucional a resguardá-la. Sem um

⁶ Decreto Presidencial nº 8.793/2016.

arcabouço legal sólido (pétreo), desenha-se uma realidade de vulnerabilidade e constante ameaça à atividade de inteligência como organização, que teme por rupturas e descontinuidades no desempenho de sua função imprescindível ao governante.

Ante o exposto, urge que a atividade de inteligência seja elevada ao status constitucional, a fim de que obtenha o reconhecimento de função essencial e perene, ademais de estratégica, no concerto das instituições de Estado. É necessário, portanto, que se faça um esforço no sentido de buscar seu fortalecimento por meio da constitucionalização - assegurando uma maior estabilidade e remodelando, assim, seu *path dependence*.

Referências:

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999 - Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências.** Brasília: Casa Civil, 1999.

COLLIER, R. B.; COLLIER, D. **Shopping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement and Regime Dynamics in Latin America.** Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2002.

CEPIK, M. A. C. **Espionagem e democracia.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata.** 2ª Ed. Niterói: Impetus, 2011.

HAMADA, Hélio Hirashi; MOREIRA, Renato Pires. **Teoria e práticas de inteligência de segurança pública.** 1.ed. São Paulo: D'Plácido, 2020.

KENT, Sherman. **Strategic intelligence for American world policy.** Princeton: Princeton University Press, 1949.

LOWENTHAL, M. M. **Intelligence: from secrets to policy.** Washington-D.C: Library of Congress, 2009.

SHULSKY, A. N., Schmitt, G. J. **Silent Warfare: understanding the world of intelligence.** Washington D.C: Potomac Books, 2002.

SIMS, Jennifer. **What is Intelligence: Information for decision makers.** In: GODSON, Roy. US Intelligence at the crossroads: agendas for reform. Washington D.C: Brasey`s, 1995.

UOL. **É preciso fechar a ABIN.** UOL, 10 de junho de 2017. Disponível em: <https://oantagonista.uol.com.br/brasil/e-preciso-fechar-a-abin/>. Acesso em: 26 de julho de 2022

LOGÍSTICA DE DEFESA E CAPACIDADE EXPEDICIONÁRIA DA MARINHA DO BRASIL*

Capitão de Corveta Esley Rodrigues de Jesus Teixeira¹

1. Introdução

No início de 2022, um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, nível Elemento Anfíbio (ElmAnf - nucleado em uma Companhia de Infantaria de Fuzileiros Navais), conseguiu atingir o nível três no sistema de capacidades para Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (UNPCRS, na sigla em inglês). Esta evolução foi fruto de um ano de preparação doutrinária, de recursos humanos e de aquisição de materiais específicos, cujo resultado foi refletido na avaliação positiva por parte da ONU.

Tendo em vista essas considerações, o presente artigo tem como objetivo apontar a importância do processo logístico integrado no gerenciamento das capacidades expedicionárias, haja vista a vocação nascitura da tropa anfíbia por excelência do Brasil, o Corpo de Fuzileiros Navais. Para tanto, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicia-se abordando o feito pelo Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, seguido de detalhes adicionais sobre a evolução doutrinária, sobre o processo de seleção de recursos humanos, sobre a aquisição de materiais e alguns apontamentos sobre o poder naval. Na parte final, propõe-se o estabelecimento de um sistema integrado de gerenciamento da cadeia de suprimentos, que permitirá além de menores custos totais, maior efetividade quando em operações expedicionárias sob a égide de organizações multilaterais.

2. A Evolução Doutrinária

A doutrina para operações de paz do Corpo de Fuzileiros Navais foi um constructo com o qual contribuíram diversas turmas de oficiais que participaram da Missão para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), operação de paz em que concorreram tropas anfíbias durante todo o período de vigência (14 anos). Também contribuiriam para sua evolução as experiências no Líbano (UNIFIL) e nas diversas operações de garantia da lei e da ordem (GLO) em que os fuzileiros navais estiveram envolvidos desde o fim de 2010.

Os primeiros manuais revisados surgiram em 2008 e, em 2020, um grande esforço de revisão seria realizado, capitaneado pelos Almirantes Alexandre e Zuccaro, para positivar e efetivar as

* Artigo originalmente publicado no OMPV em 30 de agosto de 2022.

¹ Capitão de Corveta do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil e doutorando em Ciências Militares na ECEME.

evoluções doutrinárias oriundas destas vivências. Em 2021, portanto, os fuzileiros navais passaram por um ano de adestramento com as novas doutrinas, incorporando as operações de paz como capacidade orgânica, conforme estipulado na Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2020).

3. O Processo de Seleção dos Recursos Humanos

Na esfera dos recursos humanos, o Corpo de Fuzileiros Navais passou a adotar uma postura mais rigorosa para com os índices de testes de avaliação física (TAF) e com a saúde de seus militares. As provas passaram a adotar padrões diferentes daqueles cobrados pelos militares de outros corpos, fruto da revisão da norma que define os índices dos TAF, e os índices de massa corpórea passaram a ser medidos semestralmente, exigindo-se, tanto dos militares que obtêm notas abaixo de certos critérios, ou que estão acima do peso, que realizem programas de reeducação alimentar e/ou de exercícios específicos para que atinjam os índices estipulados. Está em estudo a implantação de um teste funcional, que avaliará a capacidade do fuzileiro naval de realizar as atividades específicas básicas de sua profissão, portando os equipamentos exigidos quando em combate (mochila, colete, capacete e armamento).

Com isso, objetiva-se dar aos recursos humanos do Corpo de Fuzileiros Navais maior pronto emprego. Além disso, a criação da Escola de Operações de Paz de Caráter Naval (EsOpPazCNav), subordinada ao Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, permitiu que as frações em treinamento para missões de paz sejam instruídas nos materiais exigidos pela ONU, além de treinar o idioma e as características do país em que serão desdobrados.

4. A Aquisição de Materiais

Quanto a aquisição de materiais específicos, houve larga aquisição de barracas, beliches, banheiros de campanha, equipamentos para tratamento de esgoto e purificação de água. A intenção da base temporária de operações (TOB, na sigla em inglês) é aumentar a capilaridade do *Force Commander*, a partir do desdobramento de uma força de reação rápida. Ela possui uma autonomia de seis meses para atuar na operação de forma isolada, garantindo ao componente de comando da missão a realização de uma ação de presença efetiva em determinado ponto de interesse. Esta nova capacidade de pronto emprego e expedicionária permitirá que tropas anfíbias sejam rapidamente acionadas em qualquer lugar em que os interesses brasileiros e da ONU estejam em xeque, sobretudo quando se trata de assuntos caros à humanidade, como viver livre de indignidades, de necessidades vitais ou do medo, de acordo com o relatório especial do ano corrente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 2022).

Quanto aos materiais com que a força de reação rápida foi constituída, cabe que se reflita um pouco. Não sendo construídas no Brasil, as capacidades materiais adquiridas com a formação da força de reação rápida permanecem como um ativo que se pode tornar passivo. Sem a construção de uma “indústria” capaz de produzir os ativos necessários à manutenção desta capacidade adquirida, e sem a comunhão de uma certeza de equilíbrio e perenidade orçamentária, corre-se o risco de vez ou outra, ficar a força de reação rápida sem os suprimentos de reposição necessários à manutenção de sua força de combate.

O processo decisório da lei orçamentária anual, bem como dos demais procedimentos de formação do orçamento da defesa precisam estar diretamente relacionados à formação dos recursos humanos, da aquisição dos materiais e do desenho da cadeia de suprimentos, e da organização que a Força de Fuzileiros da Esquadra pretende dar doravante a suas Organizações Militares Subordinadas (OWENS, 2015), de maneira a melhorar as condições de desdobramento da força de reação rápida.

5. O Poder Naval

As características intrínsecas do poder naval de mobilidade, versatilidade, flexibilidade e permanência (BRASIL, 2020) dependem de uma cadeia de suprimentos bem delineada, sobretudo considerando-se que a força de reação rápida se constitui em uma força de pronto emprego, que será desdobrada rapidamente em um ambiente extremamente hostil, e o risco do desconhecimento da área de responsabilidade exigirá níveis de suprimentos adequados a mitigar as incertezas do campo de batalha (PAGONIS; KRAUSE, 1994).

Este “reino das incertezas”, geradas pelo inimigo, ambiente e comportamento das tropas em litígio (KRESS, 2002), exigirá alto grau de flexibilidade da cadeia de suprimentos da força de reação rápida. Esta flexibilidade será um reflexo do bom planejamento logístico que deve considerar mudanças nas circunstâncias, mitigação de problemas inesperados e exploração de oportunidades não vistas previamente (SPELLER; TUCK, 2001). A flexibilidade anfíbia, ainda, é o maior ativo estratégico que um país ligado ao mar pode ter (HART, 1960), e a força de reação rápida, sendo oriunda da Força de Fuzileiros da Esquadra, certamente precisará corporificar esta vantagem competitiva. Flexibilidade e segurança, dois princípios da logística militar (BRASIL, 2002) precisam ser os guias do planejamento.

6. Considerações Finais

Como relatado anteriormente, o conhecimento do processo orçamentário é essencial ao bom desempenho da logística militar, sobretudo quando se está gestando uma operação expedicionária. Não obstante, é importante que se leve em consideração o desenho dos processos internos de

aquisição, se há um acompanhamento *just in time* do nível de suprimentos no teatro de operações por parte dos decisores (um gerenciamento participativo), se os processos são regularmente revistos e melhorados, e se há uma abordagem holística, com a participação de todos os *stakeholders* nos processos de aquisição (RĂDULESCU, 2013).

Propõe-se, dessa forma, que seja criado um sistema específico para o gerenciamento logístico e o tratamento dos dados de suprimentos da força de reação rápida, que deverá possuir uma interface, tanto do sistema ONU, quanto de prestadores locais (do país *host*) e nacionais, de maneira a garantir que as funções logísticas estejam funcionando otimamente, e que as incertezas sejam diminuídas (BOWERSOX; CLOSS, 2010). A começar no oficial de logística deste Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais até o encarregado de suprimentos de Operações de Paz no Comando do Material de Fuzileiros Navais, o sistema deve observar um orçamento perene (ou seja, diretamente ligado ao poder político, posto também ser de interesse de outros ministérios como das relações exteriores e ciência e tecnologia), contratos sempre disponíveis, e militares proficientes pelo menos no inglês, espanhol e francês (duas línguas oficiais da ONU).

A falta de previsibilidade de demanda de determinados itens, aliada a uma relativa necessidade de eficiência, permitem que o desenho do sistema logístico da força de reação rápida seja feito a partir de uma estratégia cujo fornecimento será sob estoque, demandando que certas características sejam contempladas, como quantidades econômicas de compra e remessas em grandes volumes. Mesmo assim, a flexibilidade nos processos, transporte de alta qualidade e pedidos individualizados, característica dos fornecimentos sob pedido, deverão ser observados para certos itens de maior valor agregado (BALLOU, 2006). Este desenho, portanto, exigirá que os militares operadores deste sistema compreendam as necessidades da “ponta da linha”, possuindo além de formação técnica, experiência de campo.

Referências:

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial**. Tradução de Raul Rubenich. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BOWERSOX, Donald; CLOSS, David. **Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de Logística Militar**. Brasília: Ministério da Defesa, 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

HART, Liddell. **The Value of Amphibious Flexibility and Forces.** Royal United Services Institution Journal, Vol. 105, n° 620, p. 483-492, 1960.

KRESS, M. **Operational Logistics: The Art and Science of Sustaining Military Operations.** New York: Springer Science, 2002.

OWENS, M. T. **Force Planning: The Crossroads of Strategy and the Political Process.** Orbis, Vol. 59, n° 3, p. 411-437, 2015.

PAGONIS, W. G.; KRAUSE, M. D. **Operational Logistics and the Gulf War.** Arlington: The Institute of Land Warfare, 1994.

RĂDULESCU, Fânel. **The implementation of total quality management in the military: A step forward for defense resources management,** Journal of Defense Resource Management, Vol.4, n° 2, p. 135-142, 2013.

SPELLER, Ian; TUCK, Christopher. **Amphibious Warfare: The Theory and Practice of Amphibious Operations in the 20th Century.** London: Amber Books, 2001.

UNDP. **New threats to human security in the Anthropocene: Demanding greater solidarity - Special Report 2022.** New York: UNDP, 2022.

Declaração de Direitos Autorais

Sob o Panorâmico, cumpre mencionar que está permitido compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato. Além disso, também é possível adaptar, remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

Aviso importante

Para qualquer reutilização ou distribuição, você deve deixar claro a terceiros que esta obra é um produto da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.





PANORÂMICO

INFORMATIVO DO OMPV

